



ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2014 - ANO XXXIII, NÚMERO 8

Economia

Tecnologia rende R\$1,3 bi

Apesar de já corresponderem a 13% do PIB de Florianópolis, empresas do setor têm enfrentado dificuldades

na contratação de profissionais com especializações adequadas e defendem uma ampliação da

integração entre sociedade, estado e universidades para solucionar o problema. **Página 6**

Esportes - 8 e 9



FELIZ 2015



O **Zero** acompanhou o Figueirense no "Dia do Fico" e o Avaí contra a Portuguesa, no jogo que recomeçou a caminhada do Leão rumo à Série A. Confira as histórias de torcedores, que acabaram 2014 garantidos na elite do futebol brasileiro no ano que vem



Dois mundos
Mulheres
entre a "vida
comum" e a
prostituição

Página 12



Temporada
As tentativas
contra a
falta de água
no verão

Página 4

O último Zero de 2014

Nessas últimas semanas, os 15 repórteres do **Zero** percorreram diversos lugares como estádios, apiários, morros, bordes e funerárias e apuraram as histórias que você tem em mãos.

Nas andanças pela cidade, descobrimos personagens inusitados, irreverentes e, obviamente, reais. Um deles é o aposentado avaiano, Orlando Silva e Tina e Neiva, mulheres do Elas Alvinegras, a primeira torcida organizada feminina do Brasil - relata-das na reportagem sobre a permanência do Figueirense na série A e a ascensão do Avaí.

Na contracapa, o preparador de cadáveres, Alex Mortoni, que se intitula "médico dos mortos", mas é conhecido como "açougueiro", ilustra o dia-a-dia em uma funerária.

O perfil de Uda Gonzaga, moradora do Morro da Caixa que durante a eleição recebe pedidos de voto de candidatos, em sua casa pode ser lido na página 11.

Virando a folha, estão as histórias de Nina, Joana e Fernanda, colegas em um bordel, mas que trabalham como assistente pedagógica, cozinheira e vendedora, respectivamente.

Presente em todas as apurações, a burocracia em obter dados e documentos é tema da reportagem da página 3. Nossos repórteres trataram da Lei de Acesso não só como direito dos jornalistas, mas também da sociedade.

E antecipando o problema da falta de água no verão, problema recorrente nos últimos 15 anos em Florianópolis, trouxemos, na página 4, os planos da Casan para que o abastecimento não

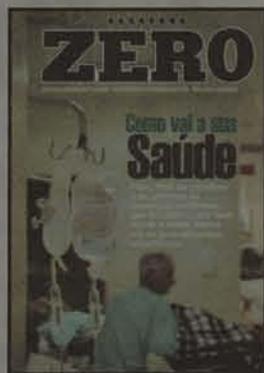
seja interrompido durante a temporada.

As reportagens não se resumem à capital. O cotidiano das famílias catarinenses que têm como principal fonte de renda a extração do mel é retratado na página 5.

Está é a última edição do Zero desta turma enxuta, porém disposta e corajosa. O sentimento é de orgulho, pois apuramos, fotografamos, escrevemos, diagramamos e editamos as quatro edições direcionando o nosso olhar sobre assuntos necessários como saúde, cultura, obras e uma publicação não temática - a única do ano que trata do começo ao fim de diversos assuntos.

Nosso desejo é que a próxima turma, aproveite essa experiência ao máximo e aprenda tanto quanto nós.

Ao leitor, desejamos uma ótima leitura e um feliz 2015.



PARTICIPE!
Mande críticas, sugestões e comentários para:

E-mail - zeroufsc@gmail.com
Telefone - (48) 3721-4833
Facebook - /jornalzero
Twitter - @zeroufsc
Cartas - Departamento de Jornalismo - Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Trindade, Florianópolis (SC) - CEP: 88040-900



OMBUDSMAN

NILSON LAGE

A concretude do caos urbano

Graduado em Letras, mestre em Comunicação e doutor em Linguística (todas as formações pela Universidade Federal do Rio de Janeiro), Nilson Lage é jornalista, teórico, ex-professor da UFSC e UFRJ e autor de diversos livros, como Ideologia e Técnica da Notícia, Linguagem Jornalística e Teoria e Técnica do Texto Jornalístico.

Estado governado por uma das oligarquias mais bem asentadas do Brasil, Santa Catarina é o paraíso da imprevidência e Florianópolis, a capital do jeitinho.

Moro em um bairro típico, o Campeche. O discurso da mídia amansada fala em ciclovias, mas as ruas, quando têm calçamento, não têm calçadas: os muros das casas novas encostam no asfalto, largo o bastante para dar passagem a dois carros, excluindo bicicletas, pedestres, carrinhos de bebê e cadeirantes. As "servidões" continuam se espalhando pelo mato como túneis de formigueiros, somente notadas quando é tarde e já há mansões em suas margens.

O acesso se faz por avenidas que têm nome e número, este precedido de SC: são "rodovias estaduais", razão (!) pela qual, por mais que morra gente, não se podem instalar semáforos, segundo explica o funcionário responsável, com quem não se discute porque usa uniforme e a polícia daqui, lusitanamente germânica, parte depressa do "bom dia" para "teje preso".

Até a década de 1970, quase toda a Ilha de Santa Catarina era de terras públicas. A festa cartorial das escrituras de posse gerou confusão tal que a cidade se esgarça entre terrenos em litígio, nos quais não se constrói porque os bancos não financiam ou se constrói na base da fraude, como no condomínio que o Estado descobriu no caminho da rodovia de acesso ao

aeroporto, que se pensava atravessar área de preservação ambiental.

Nesse ambiente misturam-se fiscais distraídos ou corruptos, políticos de carreira, procuradores justiceiros e empresários espertos, como mostra a edição de novembro do **Zero**. Nela se constata que as imprevidências de hoje são as grandes obras de amanhã (o metrô, túneis e viadutos às pencas, por que babam as empreiteiras); gerarão, certamente, campanhas de moradores organizados, comissões de inquérito e grossos processos judiciais. Haja advogados!

No caso da UFSC, a crise do crescimento brota por todo(s) o(s) *campus*(i), em construções de muitos andares. Melhor que a crise da falta de tudo que nos agravava sob governos privatistas, ela deu força, no entanto, à casta dos procuradores, que são sujeitos muito presunçosos e arrogantes, e alimenta as ambições de expansão, nem sempre razoáveis, de professores e alunos.

Na economia aquecida do Brasil - que a mídia comercial faz questão de noticiar como se estivesse em crise permanente - a dificuldade de encontrar quem se disponha a fazer as coisas, e fazê-las direito, converge com o fundamentalismo ambiental, a oligarquia bovina de que falei no início e a imprensa que espera um futuro melhor com vocês, meus caros estudantes: daí a impressão de caos.

NOTA DA REDAÇÃO

Nulparitin ella non erfersp iendisim verferibus. Qui doluptas sum et om-nihiliquas experor alicienda cone mi, nus cus est lignat. Lore venis nec-tecaeri dolessit, ut ut renis re labo. Ictis a ilita volum que nam hiciet dunt dust quodita tassum apediste nulpa quas mosaerroid
Mil est archit quiaero enduciet po-rehen que seque nus et eicil molupti cus.
Etur sum et alibus re odis dolore vendam faceptam re etur?
Sitiunt in ea simolor porporu menis-que illuptatur rehendit venditatem. Iquam ad min. Nempedis et resequist, cum nimi, quasped quosam qui si-nus.
Fugiti anda sitiis se poreicia et veles denihic abores mi, etur, que eum.

Marcelo Barcelos, professor da disciplina

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXIII - Nº 8 - Dezembro de 2014 **REPORTAGEM** Aline Takaschima, Ana Domingues, Ayla Nardelli, Caio Spechoto, Carlos Estrella, Daniel García, Dayane Ros, Guilherme Longo, Guilherme Porcher, João Vitor Roberge, Luize Ribas, Priscila dos Anjos, Renata Bassani, Ricardo Florêncio, Suelen Rocha, Tamires Kleinkauf, Thales Camargo **FOTOGRAFIA** Ana Domingues, Ayla Nardelli, Carlos Estrella, Daniel García, Dayane Ros, Guilherme Longo, João Vitor Roberge, Luize Ribas, Ricardo Florêncio **EDIÇÃO** Aline Takaschima, Ana Domingues, Ayla Nardelli, Carlos Estrella, Gabriel Shiozawa, Guilherme Longo, Guilherme Porcher, João Vitor Roberge, Luize Ribas, Priscila dos Anjos, Renata Bassani, Ricardo Florêncio, Tamires Kleinkauf, Thales Camargo **DIAGRAMAÇÃO** Ana Domingues, Ayla Nardelli, Dayane Ros, João Vitor Roberge, Luize Ribas, Priscila dos Anjos, Tamires Kleinkauf **CAPA** Carlos Estrella, Dayane Ros, Guilherme Longo, João Vitor Roberge **PROFESSOR-RESPONSÁVEL** Marcelo Barcelos MTb/SP 25041 **MONITORIA** Caio Spechoto, Gabriel Shiozawa **IMPRESSÃO** Gráfica Grafnorte **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 2 de Dezembro

Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

Melhor Peça Gráfica Set. Universitário / PUC-RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

Falta de clareza impede mais alcance

Linguagem usada em dados públicos está em desacordo com a Lei de Acesso à Informação

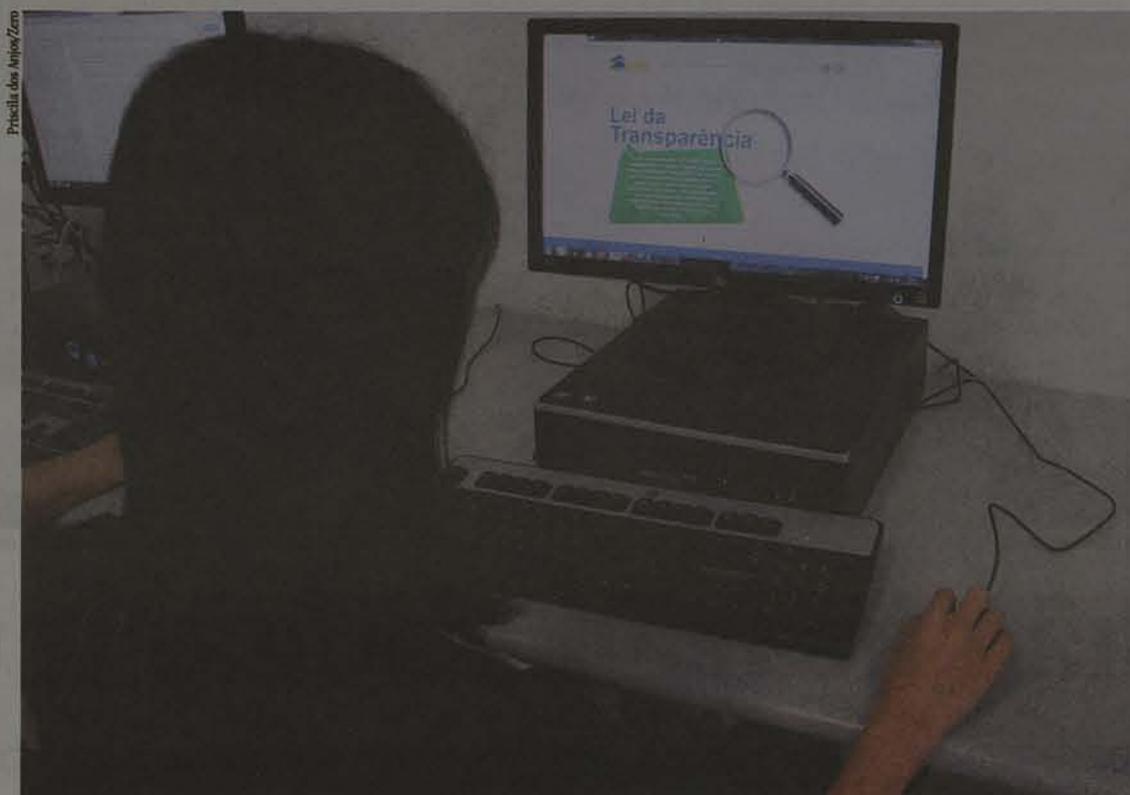
Desde a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) em 2012, mais de 216 mil pedidos de informações públicas foram registrados em todo o Brasil. Os repórteres do *Zero*, junto com milhares de outros brasileiros, fazem parte dos que buscaram dados de instituições ligadas ao Executivo, Judiciário e Legislativo, tanto a nível federal, estadual ou municipal. Os pedidos da equipe foram atendidos, mas não necessariamente respondidos de forma clara, rápida e de fácil entendimento.

A Lei de Acesso exige que as informações de interesse público sejam publicadas e atualizadas. Alguns tipos de informação estão previstos na lei como sendo de publicação obrigatória na internet: repasses ou transferências de recursos financeiros, licitações realizadas e em andamento, execução orçamentária e financeira detalhada, programas, projetos, ações, obras e atividades, estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, remuneração de servidores públicos e respostas para perguntas frequentes.

Em complemento à LAI, a Lei da Transparência, em vigor desde 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. A sociedade tem direito de acompanhar em tempo real as informações sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público. Assim, ambas as leis regulamentam um direito constitucional: o direito à informação. Além de públicos, os dados devem estar acessíveis com procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, o que nem sempre acontece.

O jornalista Lúcio Lambranh, do jornal *Notícias do Dia*, que trabalhou em uma reportagem de avaliação da transparência dos portais públicos de Florianópolis, relata que muitos dados estão na rede, mas que “a informação está escondida”. Para o jornalista, o trabalho exige aprofundamento de pesquisa e consultoria específica. “Ao se deparar com dados de orçamento, por exemplo, uma pessoa comum não sabe o que é um ‘empenho’. Eu aprendi nas cabeçadas como jornalista, mas e o cidadão comum? Não há notas explicativas, a explicação não é esmiuçada de modo que o cidadão comum possa entender”.

A Lei determina que os portais devem conter uma ferramenta de



População tem direito aos documentos de licitações e orçamentos, muitos ainda indisponíveis na internet

pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação, enquanto a Controladoria Geral da União (CGU) recomenda que exista um ícone destacado nos portais. Lúcio ressalta que, “o formulário pra você pedir uma informação pela lei de acesso, por exemplo, não está no Floripa Transparente. Você tem que ir no link ‘ouvidoria’ no site da prefeitura para encontrar esse formulário. Isso deveria estar vinculado ao Portal da Transparência, mas não está”.

As informações que estão disponíveis na internet fazem parte da chamada ‘transparência ativa’ - precisam estar disponíveis independentemente de solicitações. As demais informações de interesse público que não estão na rede são categorizadas na LAI como sendo ‘transparência passiva’ e podem ser requeridas através do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), assim como nos portais

“A explicação não é esmiuçada o suficiente para que o cidadão comum entenda”

dos órgãos públicos. No entanto, a tarefa de requerer uma informação ainda é complicada.

Na última edição do *Zero*, uma de nossas repórteres relatou à equipe que não teve acesso às licitações referentes à renovação do Mercado

Público de Florianópolis. “Como a licitação já tinha passado, eles disseram que ela foi arquivada e eu teria que fazer uma solicitação para marcar um dia com alguém supervisionando e ter acesso aos vários volumes, mas faz mais de três semanas e eu não obtive resposta”, ressalta a repórter Priscila dos Anjos. A legislação é clara em relação ao pedido de acesso. O servidor público tem até 20 dias, prorrogáveis por mais dez, para fornecer algum tipo de resposta ao requerente, seja ela uma negação ao pedido, o fornecimento da informação ou o local onde a pessoa poderá encontrá-la.

A falta de capacitação dos servidores públicos é um dos problemas apontados pela jornalista Marina Atoji, gerente executiva da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e militante pelo acesso à informação no Brasil. Marina resume que, “ainda falta muito investimento em capacitação de servidores, tanto para saber que existe uma lei e até para saber como lidar com ela. No Executivo federal tem a CGU, que bem ou mal tem investido mais nisso, mas nos estados e municípios dá uma certa tristeza”.

Marina conta que em 2010, quando trabalhava na ONG Transparência Brasil, eles fizeram uma ação conjunta com Abraji e a ONG Artigo 19 para cobrar a Lei de Acesso no Legislativo. “Enviamos uma carta aos principais candidatos ao Senado naquele ano, para que eles se comprometessem à Lei de Acesso, que estava cozinhando”, lembra ao citar a difi-

culdade que foi conseguir pressionar o Congresso para aprovar a lei.

A ouvidora da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, Patrícia Kawase, também percebeu a falta de capacitação entre os servidores públicos. A administradora trabalha na prefeitura há 27 anos e diz que muitos servidores públicos ainda não

“Se você não entender o sistema, as informações não vão te dizer nada, nem gerar conhecimento”

têm consciência da LAI. “Nós, enquanto agentes públicos, precisamos amadurecer e nos profissionalizar na gestão da informação. O servidor tem alguma orientação sobre o sistema que ele precisa trabalhar e se limita a tarefa dele”, explica ao contar que muitos funcionários não possuem conhecimento sobre as informações de outros setores da Secretaria.

Patrícia foi procurada pela equipe do *Zero* durante a primeira edição deste semestre para nos ajudar a interpretar dados que estavam em portais da Saúde. Os dados eram de difícil compreensão, em função da linguagem técnica e falta de legendas explicativas. “Pra interpretar os dados, tem que entender muito o

sistema, porque é complicado”, diz Patrícia.

Marina Atoji destaca que essas dificuldades desestimulam as pessoas a usarem a Lei de Acesso. “Se você não entende, a informação não te diz nada, não te gera conhecimento, não te permite fazer cobranças e acompanhamentos”. A jornalista defende que a ideia geral da lei é que você tenha acesso às atividades e aos gastos do poder público, e quando isso não é facilitado, o próprio direito de acesso à informação fica prejudicado.

Já o promotor de justiça Davi do Espírito Santo, coordenador do programa Transparência e Cidadania, que avalia os portais de transparência dos municípios catarinenses, diz que de um modo geral, apesar das dificuldades, Santa Catarina tem aprimorado o sistema. “Foi uma lei que teve boa receptividade por parte dos municípios, muito embora seja necessário sempre o acompanhamento para verificar se as informações necessárias estão ali presentes e se elas estão atualizadas”, diz.

Implantado em 2004, o Portal da Transparência deve passar por reforma a partir do ano que vem, segundo Cláudia Taya, Diretora de Transparência e Controle Social da CGU. Cláudia diz que o portal precisa incorporar novas tecnologias, ser ligado às redes sociais e ter uma linguagem mais cidadã. “A gente pretende produzir vídeos tutoriais para ensinar a lidar com o sistema. Contudo, por mais que os dados sejam disponibilizados em uma linguagem mais acessível, é difícil avaliá-los e analisá-los”, relata.

O professor de jornalismo da UFSC Rogério Christofoletti, que pesquisa e escreve sobre o assunto, acredita que a fase atual é de transição, porque os órgãos públicos estão se adequando à lei, e o próprio cidadão está mudando a sua mentalidade e aumentando seu grau de exigência. “Ter uma lei como essa é um sinal que a nossa democracia vai bem”, destaca.

Christofoletti defende que, mesmo os jornalistas sendo apenas 1,3% dos requerentes, cabe a eles investigar as informações, enquanto o governo não as disponibiliza de forma clara e organizada. “Não basta que tenhamos os dados. Nós jornalistas precisamos oferecer os contextos para a população”.

Renata Bassani
renatakassani@gmail.com

Thales Camargo
thalestrench@gmail.com



Para o verão de 2014/2015, a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Florianópolis espera um aumento de 15% no número de turistas, em comparação com o ano passado

Obras não ficarão prontas a tempo

Planos da Casan para melhorar o abastecimento de água têm término previsto para 2017

Com a aproximação do verão, Florianópolis se prepara para mais uma temporada. O período, que se inicia oficialmente em primeiro de dezembro e vai até o dia 28 de fevereiro, é um dos mais importantes para o comércio da cidade. O aumento significativo no número de turistas representa boa parte do faturamento anual dos comerciantes, especialmente nos bairros praianos como Canasvieiras, Jurerê e Campeche.

Por outro lado, o maior número de turistas dá início a uma série de problemas que a população de Florianópolis passa todos os anos. Mais pessoas significa menor mobilidade urbana, principalmente nos finais de semana e horários de pico, filas e em alguns casos, falta de luz e água.

A falta de água é um dos maiores problemas enfrentados por moradores, comerciantes e turistas em Florianópolis durante o verão. De acordo com dados da Ouvidoria da prefeitura e da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado (Agesan), as reclamações sobre o abastecimento existem há aproximadamente 15 anos. Mas foi na temporada passada que a questão chegou ao seu nível mais preocupante. O prefeito César Souza Júnior considerou o final de 2013 como o pior no abastecimento de água na história da cidade.

O Norte da Ilha é uma das regiões em que mais ocorre a falta de água. Entre o final de 2013 e o início de 2014, moradores de bairros como Canasvieiras, Ingleses e Santinho chegaram a ficar oito dias sem água.

Mesmo com protestos feitos na frente do prédio da Casan na primeira semana de janeiro, foram necessários alguns dias para que o abastecimento fosse reestabelecido.

Em alguns bairros do Sul da Ilha, a situação era diferente do que acontecia no norte. No Campeche, o abastecimento de água não chegou a ser interrompido durante o verão. De acordo com os donos dos restaurantes localizados na entrada da praia, o único problema era que em alguns momentos do dia, a vazão de água era reduzida, mas o problema foi contornado com as caixas d'água.

Já na Tapera o problema do abastecimento é constante. De acordo com as artesãs Ana Dias e Dora dos Santos, que vendem seus produtos na praia do Campeche, quase todo final de semana falta água no bairro. "Parece que eles trancam a água da Tapera para que não falte aqui no Campeche", palpita Dora. Além de atrapalhar os trabalhos de casa, ela comenta que várias vizinhas tiveram máquinas de lavar queimadas devido ao pouco abastecimento.

Em uma pesquisa realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (Fecomércio) durante a temporada 2013/2014, a falta de água foi apontada como a principal dificuldade na manutenção de clientes para donos de estabelecimentos hoteleiros e restaurantes. Entre as pousadas da cidade, cerca de 72% apresentaram casos de check-out antecipado pela

falta de água e energia. Nos hotéis, o índice foi mais baixo, 27,3%. No total, cerca de 14,3% dos hóspedes encerraram sua estadia mais cedo. O levantamento apontou também que aproximadamente 72% dos empresários dos setores investiram em soluções para diminuir o impacto do desabastecimento. O valor médio gasto foi de R\$10 mil. Os números foram considerados alarmantes, já que o turismo representa quase 13% do PIB de Santa Catarina.

Para muitos comerciantes, a solução encontrada foi a contratação de caminhões-pipa. Somente no período de Natal e Ano Novo, a demanda pelo serviço aumentou cerca de 400%, chegando a criar filas de espera.

A Agesan multou a Casan em R\$300 mil após avaliar, entre 55 itens, quais foram as falhas da empresa no abastecimento durante o período do Reveillon. Entre os motivos apontados estão a má distribuição de água disponível nos reservatórios durante os momentos de interrupção no fornecimento de energia elétrica.

Na temporada 2013/2014, cerca de cinco milhões de pessoas vieram à cidade entre os meses do verão. E para os próximos meses, a Secretaria de Turismo espera um aumento de 15% no número de turistas em comparação com o ano passado, representando aproximadamente 750 mil visitantes a mais.

Para minimizar os problemas, a Casan anunciou uma série de planos para que o abastecimento não seja

interrompido durante o verão. De acordo com Carlos Alberto Coutinho, superintendente da região metropolitana, estão sendo realizados dois tipos de obras. As primeiras são chamadas estruturantes, que têm como objetivo suprir a demanda do município durante todo o ano, atendendo o crescimento populacional. Elas foram iniciadas em 2004 e seguem em curso. A primeira é a ampliação da Estação de Tratamento de Água do Cubatão, localizada na Palhoça, que atende os cinco municípios da Grande Florianópolis, com valor total de R\$15 milhões. Segundo Coutinho, a ampliação aumentará a capacidade de tratamento da água em 50%. A segunda é a construção da adutora que vai da ponte Pedro Ivo até o Itacorubi. No total, cerca de R\$22 milhões estão sendo gastos. Já a terceira envolve a construção de outra adutora para abastecer os bairros do Continente.

Além das obras estruturantes,

outras medidas estão sendo tomadas para o verão. A principal é a instalação de 24 geradores em diversos pontos do Norte da Ilha para que o abastecimento não seja interrompido com eventuais quedas de energia, um dos fatores alegados como o principal motivo da interrupção do fornecimento de água da temporada passada. Cerca de dez minipços estão sendo perfurados para aumentar a quantidade de água disponível. No Sul da Ilha, está em estágio de conclusão a criação de uma estação de tratamento de água no Campeche.

Mas os resultados das obras estruturantes não serão imediatos. A previsão de término da ampliação da Estação de Tratamento de Água e Esgoto Cubatão, em Palhoça, está marcada para o final de 2016, enquanto as adutoras devem ser concluídas somente em 2017.

Guilherme Longo
guilherme.longo93@gmail.com



Falta de água é entrave na permanência de clientes em restaurantes

SC é potência em apicultura no país

Catarinenses são responsáveis por 13% da produção nacional na atividade e só perdem para os outros estados do Sul

A 31 quilômetros de Florianópolis, em Santo Amaro da Imperatriz, Leodete Roling colhia mel pela primeira vez na temporada, e no total retirou 150 Kg que seriam vendidos na região da Grande Florianópolis. Assim como Leodete, que tem sociedade com sua irmã Verônica, outras 30 mil famílias catarinenses exercem a apicultura, tornando o Estado o terceiro maior produtor do país e o maior por extensão territorial. As irmãs Roling têm três apiários - Águas Mornas, Rancho Queimado e Santo Amaro da Imperatriz - e extraem, de cada uma das 400 colmeias, em média 40 Kg de mel entre outubro e janeiro, período mais intenso da safra.

Santa Catarina é responsável por 13% da produção nacional, valor que corresponde em média a seis mil toneladas de mel das 45 mil colhidas anualmente no Brasil, perdendo somente para o Rio Grande do Sul e Paraná. A região sul do país soma metade da produção, o que segundo o gerente estadual do Programa de Apicultura e Meliponicultura da EPA-GRI, Ivanir Cella, não é coincidência devido à colonização europeia - os europeus trouxeram abelhas e iniciaram as atividades apícolas nos estados -, e também pela característica de pequenas propriedades. Além destes fatores, Cella cita que a tecnologia no desenvolvimento de equipamentos contribui para a produção no estado, "Santa Catarina é referência em tecnologia de apicultura e também o parque industrial é o mais desenvolvido que tem no Brasil". Apesar da evolução da apicultura catarinense, somente 500 famílias tem na atividade a principal fonte de renda, os demais, cerca de 85%, exercem como trabalho secundário.

Sentada na cadeira atrás da mesa de seu escritório, Leodete passa a mão para tirar o excesso de suor da testa acumulado após cortar tábuas na Madeireira Roling, principal fonte de renda da família. A apicultura é uma atividade complementar, passada entre as gerações. Leodete conta que seu pai foi o primeiro apicultor de Santo Amaro, "Meu pai começou a trabalhar com abelha europeia, depois veio a africanizada. Quando chegamos em Santo Amaro ninguém trabalhava com isso, então ele começou a vê enxames e virou apicultor, e a gente também aprendeu a criar abelhas". Após três anos de investimentos financeiros e adequações às normas exigidas para fabricação de mel orgânico, neste ano, conseguiu o selo da ECOVIDA de produtor orgânico. Nesta temporada de colheita, Leodete lucrará 10% a mais que na anterior. Antes da implantação desse sistema, o quilo do mel era vendido a R\$ 7, agora o preço é de R\$ 7,70.

No último ano, 1.200 toneladas das três mil exportadas por Santa Catarina eram de origem orgânica, o que corresponde a 40% da produção e gera US\$ 5 milhões na economia catarinense.



Carlos, de São José, possui 150 colmeias e usa 100 para retirar o pólen, que é a sua prioridade

O estado produz em média seis mil toneladas de mel ao ano

Segundo Cella, a introdução do mel orgânico no estado aumenta a exportação, por ser um produto com melhor qualidade: "Como é um diferencial há uma aceitação maior no mercado do exterior". Para obter o selo de produtor orgânico, os apiários devem estar localizados a uma distância mínima de três quilômetros das áreas de agricultura. Cella considera que a produção orgânica intensa está ameaçada no estado, devido ao aparecimento de pólen transgênico no mel, o que é proibido de acordo com as normas de exportação. Como na região sul existem plantações de transgênicos próximas a apiários, a contaminação é mais frequente que nos estados do Norte e Nordeste. "Vai ser difícil que no estado se tenha esses três quilômetros de raio de distância, então o que se pensa hoje é que Norte e Nordeste devem ser o celeiro mundial do mel orgânico."

Carlos José da Silva, de São José, é um dos apicultores que aderiu a produção do pólen como prioridade. Após subir uma estrada de chão próxima à Colônia Santana, se encontra a casa de Carlos, atrás está à Casa do Pólen, local de produção, e à direita cinco colmeias com diferentes espécies de abelhas sem ferrão. Para obter o pólen, Carlos explica que as abelhas africanas, localizadas em quatro apiários à 2km de sua casa, devem ser tratadas no período entressafra: "As colmeias produtoras de pólen devem ser alimentadas com xarope de açúcar, proteína de soja e levedura de cerveja, para que os filhotes sejam alimentados e a colheita do pólen possa ser feita". Carlos possui 150 colmeias, e de 100 retira o pólen,

A apicultura é a principal fonte de renda de 500 famílias catarinenses

contemplou Carlos e mais 35 produtores de mel com um valor acima de R\$ 200 mil para investimentos. Assim, o apicultor de São José que necessita de R\$ 15 mil para reestruturar a Casa do Pólen, terá 50% deste valor recebido pelo SC Rural, e o restante será adquirido com um empréstimo junto ao PRONAF. Nécio Fernandes, presidente da associação, ressalta que a integração dos apicultores é essencial. "A importância das associações e da FAASC é para que a atividade esteja organizada e assim suas reivindicações reconhecidas."

Colheitas têm diminuído

Quando Carlos abre a caixa de madeira, retira de dentro uma grade com quadriculados de metal pequenos com centenas de abelhas, não se imagina que elas estejam desaparecendo, como o próprio apicultor ressalta: "As abelhas estão sumindo". Em 2012, perdeu 80% das abelhas e, neste ano, 40%. A produção caiu pela metade, de 20 Kg por colheita para 10.

Cella relata que "esse desaparecimento não é bem um sumiço, ao que tudo indica, elas morrem". As abelhas, em 90% dos casos, são atacadas por protozoários, ácaros e fungos. Outros fatores em conjunto podem contribuir para a morte das abelhas, como o clima úmido e alimentação inadequada. Inúmeras pesquisas sobre isto são realizadas, e uma das alternativas é o melhoramento genético das rainhas. Para Cella, a importância das abelhas não se limita ao mel, mas que seu principal trabalho é de polinização e, consequentemente, um trabalho de equilíbrio ambiental.



Luize Ribas
luizeribas@gmail.com
Tamires Kleinkauf
tamirescrisk@gmail.com



Previsão é de que, nos próximos anos, o Sapiens Parque tenha 1,3 milhões de metros quadrados de área construída destinada às instituições de pesquisa e de empresas privadas

Quase um “Vale do Silício” brasileiro

Apesar dos empecilhos, setor tecnológico gera 13% do PIB de Florianópolis e pode ir além

Dados divulgados pela Prefeitura de Florianópolis mostram que a área de tecnologia é responsável pela maior parte do PIB de Florianópolis, representando 13% do valor total arrecadado. Mas ainda há questões que precisam ser mais consideradas pelo poder público, como maior agilidade para a abertura de empresas e melhor integração entre cidade, estado e universidade para a capacitação do profissional para o mercado, algo que Leandro Carion, diretor da Fundação Certi, considera estar aquém do necessário.

Outro problema que o mercado enfrenta atualmente é com relação à mão de obra qualificada. De acordo com José Eduardo Fiates, diretor executivo do Sapiens Parque, uma das principais reclamações das empresas da região é de que faltam pessoas em quantidade e com características específicas para algumas áreas. Entre as soluções apontadas, além do aumento da capacidade nas universidades, está a abertura dos parques brasileiros para a presença de profissionais de outros países, movimento ainda pouco existente no Brasil.

A coordenadora técnica da incubadora de empresas do SEBRAE/SC Midi Tecnológico, Kamilla Bittarello, também reconhece que, no momento, falta mão de obra qualificada nessa área. Porém, ela afirma que estão sendo tomadas atitudes para resolver o problema. Em 2011, a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate), em parceria com a Fapesc, realizou um estudo onde foi feito um mapeamento de quantas vagas estão em aberto e quais as demandas que as empresas do ramo têm para os

próximos anos. Segundo o presidente da Acate, Guilherme Bernard, o estudo indicou que, até 2015, cerca de 11 mil vagas deverão ser abertas em todo o estado na área de tecnologia.

Três fatores são considerados de extrema importância para o desenvolvimento de um polo de sucesso como o de Florianópolis. O primeiro foi o Marco Legal, criado ainda nos anos 1970 e 1980, que lançou as bases jurídicas de incentivo à tecnologia por parte do Estado, sendo um dos primeiros do país. O segundo foi o ambiente de inovação que se formou junto com a consolidação das Universidades na capital. E o último foi o financiamento. Atualmente, é possível obter auxílio financeiro tanto para a criação de uma empresa, através de auxílios da prefeitura, governo e fundações de ciência e tecnologia quanto para a sua consolidação, oriundo de fundos privados. Juntos, formam uma forte cultura de empreendedorismo na cidade.

De acordo com Leandro, o primeiro passo dado para a evolução do polo foi a criação de laboratórios dentro da Universidade, ainda na década de 1970, transformando o conhecimento teórico produzido na academia em aplicações práticas. A etapa seguinte dessa ligação foi o encontro da tecnologia com o negócio. Para o diretor da Fundação Certi, essa é uma das etapas mais importantes, porque muitas vezes quem detém a tecnologia não sabe se inserir no mercado. Pela falta de planejamento e conhecimento da área, grande parte das novas companhias fecha até o quinto ano.

Os mecanismos de Florianópolis

foram também um grande auxílio para o crescimento do polo. A presença de incubadoras fortes, como a Celta e o Midi e o surgimento de um parque tecnológico de grande potencial como o Sapiens colocaram a cidade em destaque no país.

No momento, são 33 unidades já instaladas ou que estão em processo de instalação no Sapiens Parque. Elas abrigam prédios de instituições de pesquisa, como o Fotovoltaica, da UFSC, que estuda aplicações da energia solar no Brasil, ou de empresas privadas, como a Softplan. O número inclui até um circuito multiuso, que abrigou as corridas de kart do Desafio das Estrelas em 2011. No dia 20 de outubro de 2014, foram aprovadas mais 30 unidades, que começarão a ser construídas ao longo dos próximos anos.

O parque possui uma área total de 4,3 milhões m², mas serão 1,3 milhões de m² de área construída. O resto seguirá como área preservada, onde se encontrará um parque natural de 3 milhões de m² – o dobro do Ibirapuera, em São Paulo, e um pouco menor que o Central Park, de Nova Iorque.

De acordo com o diretor executivo do Sapiens Parque, José Eduardo Fiates, a expectativa é de que 25% da área destinada a construções do local estará ocupada daqui a dois anos. A taxa de ocupação de 50% só deverá ser atingida daqui a cinco ou seis anos. Nesse ponto, cerca de 15 mil pessoas estarão trabalhando no local, com mais 20 mil empregos gerados de maneira indireta. Isso tudo deve representar um faturamento que ficará entre R\$ 1,5 bilhão e R\$

2 bilhões, contando apenas as empresas instaladas no local. Um belo aumento, considerando que hoje o setor de tecnologia de toda a cidade gera R\$ 1,3 bilhões por ano.

Uma pesquisa divulgada recentemente pela ONG de incentivo ao empreendedorismo Endeavor indica que Florianópolis é a capital brasileira oferece melhores condições para empresas com alto potencial de crescimento – aquelas que aumentam seu número de empregados numa taxa de crescimento de 20% ou mais por ano.

Entre os fatores que colocaram a cidade no topo do ranking está a qualificação da mão de obra – ou seja, se está ruim para nós, imagine para as outras cidades. Além disso, a qualidade da internet banda larga, a quantidade de lares com conexão à internet e a mobilidade urbana foram consideradas as melhores de todas as capitais pesquisadas. Este último fator, é claro, pode ser bastante contestado por quem mora ou trabalha por aqui.

José Eduardo Fiates, por exemplo, é enfático ao dizer que o Aeroporto Internacional Hercílio Luz “é uma vergonha”. Para ele, a mobilidade urbana segue sendo um problema para a cidade. Por ser um município com população relativamente pequena e espalhada por diversos pontos da ilha e do continente, é economicamente inviável construir um transporte público de massa como um metrô, por exemplo.

Isso faz com que seja preciso ter criatividade na hora de resolver este problema. Um exemplo que o diretor executivo do Sapiens Parque cita o

exemplo um ônibus experimental que deverá fazer o trajeto entre a UFSC e o parque tecnológico a partir dos próximos meses. Movido por tecnologias híbridas e usando energia renovável, ele vai incluir internet wi-fi. “Se a pessoa tiver um ônibus deste com poltrona confortável, banda larga, música e mesinha para trabalhar no notebook, ela dificilmente vai pegar o seu carro para vir trabalhar aqui”.

Junto dessas condições, ele dá outras pistas de como Florianópolis pode se diferenciar como um forte polo tecnológico no futuro. Em primeiro lugar, há o investimento na educação, que deve ir desde as escolas básicas até a universidade. Depois, é preciso manter a boa qualidade de vida que se tem hoje. “Temos uma cidade agradável, com condições que atraem jovens empreendedores da área”, explica Fiates.

Em terceiro lugar, é preciso ter pessoas empreendedoras. Lideranças como empresários e pesquisadores, por exemplo. Para finalizar, o diretor executivo do parque tecnológico julga que é preciso continuar tirando proveito dos mecanismos que foram criados na cidade, como aceleradoras, incubadoras e parques tecnológicos.

Então quer dizer que, com todas essas condições, Florianópolis pode se tornar o “Vale do Silício brasileiro”? “Nós temos sim todo o potencial para ser o Vale do Silício brasileiro”, confirma Kamilla Bittarello.

Carlos Estrella

carlosfeliipeestrella@gmail.com

Guilherme Longo

guilherme.longo93@gmail.com

Prêmios estimulam novos projetos

Jovens empreendedores procuram apoio e financiamento para consolidar ideias inovadoras

Quando Paulo Bosquero Zanetti resolveu criar sua própria empresa automobilística, não tinha certeza do caminho que trilharia. Foi na inscrição para o Programa Sinapse da Inovação 2013, que Paulo conheceu seus colegas de projetos, Brenner Pereira Martins, Rodrigo Fendrich Magri, Thiago Hoeltgebaum e Mahatma Marostica, até então estudantes de diferentes cursos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). "Nós não tínhamos muito o que fazer com o produto que tínhamos criado e eles tinham a ideia de aplicabilidade. Juntamos as ideias e fundamos as empresas". Os cinco fundaram a podShare e a podCycle, atual Mobilis.

Com o objetivo de desenvolver uma solução para a mobilidade urbana, os projetos consistem na disponibilização de veículos à combustão e elétricos. "Basicamente, o projeto que engloba a podShare e a podCycle consiste em vários carros espalhados pela cidade, como se fossem pontos de ônibus com estacionamento de até três carros. Com cadastro e créditos mensais o usuário pode utilizar esses carros para locomoção na cidade", explica Paulo. Submeter ao Programa Sinapse no final de 2013 foi a entrada para o ramo do empreendedorismo. Inscritos na categoria de Mecânica Mecatrônica, os projetos receberam a premiação de um fundo financeiro para a consolidação das empresas.

Desde então, a equipe continua aperfeiçoando as empresas. Com a obtenção de capital financeiro através da premiação, os projetos tiveram a chance de serem desenvolvidos na Incubadora Celta Pedra Branca, localizada no município de Palhoça. No começo do ano, foram convidados a participar do II Fórum Global de Mobilidade Elétrica, na Alemanha. Em 2015 pretendem propor a experiência de financiamento coletivo (crowdfunding) para que em agosto possam fazer os primeiros testes e validações do protótipo de veículo elétrico. "Nossa pretensão é que as empresas cresçam e apliquem seus serviços". Paulo aconselha: "Eu vejo que aquele que sente um desconforto e vê que pode fazer algo para mudar, deve investir em uma área de negócio".

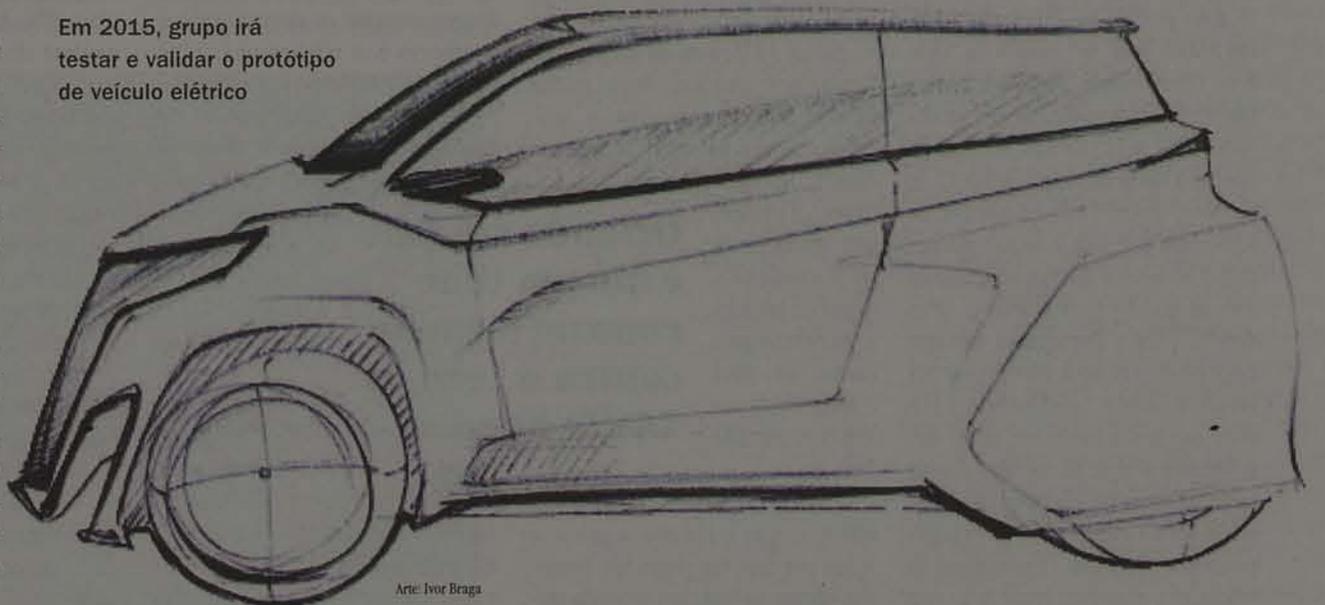
Criatividade

No mercado há um ano, a empresa Daily Baby, que criou aplicativo para smartphone e tablet com o propósito de registrar os momentos especiais do ciclo de vida das crianças, desde a gestação. "A Daily Baby é um diário digital do bebê onde as mães podem registrar momentos marcantes, datas comemorativas, vacinas e histórico de saúde da criança, além de criar álbuns de fotos e vídeos e tudo isso com segurança e privacidade" explica Anderson Gomes, sócio da empresa.

Hoje, com uma equipe de oito componentes e com a meta de faturar R\$150 mil por mês até o terceiro trimestre de 2015, a empresa ficou em terceiro lugar na competição de startups Demo Brasil, na etapa de Florianópolis. A fundação da empresa teve um investimento de R\$ 30 mil. Há 11 anos no ramo, Anderson acredita que ser empreendedor é gratificante. "Empreender no Brasil não é fácil, mas vale a pena." O empresário aconselha: "evolua e foque na prática".

Projeto dispõe carros em diversos pontos para melhorar mobilidade

Em 2015, grupo irá testar e validar o protótipo de veículo elétrico



Arte: Ivor Braga



Equipe criadora da empresa Mobilis participou do II Fórum Global de Mobilidade Elétrica na Alemanha



João Vitor Roberge/Zero

Carlos Estrella/Zero

Na arquibancada, gritos e cantos substituem chutes e divididas

Quando Avaí interrompeu a má fase, arrancando para o aceso, e Figueirense se livrou de vez do rebaixamento, o **Zero** estava lá vendo tudo e conversando com gente apaixonada

Quando o aposentado Orlando Silva chegou ao Setor A das arquibancadas do Estádio da Ressacada, ainda eram vinte para as sete de 18 de novembro, dia em que seu time, o Avaí, enfrentaria a Portuguesa pela Série B do Campeonato Brasileiro. O senhor de 60 anos vestia boné, camiseta e, numa bolsa, carregava duas jaquetas e um cachecol, todos do seu time de coração. Além do indispensável "radinho" de pilha, Orlando subiu a passos lentos até a última fileira, na cadeira I-127, logo abaixo dos camarotes e das cabines de imprensa. Naquela terça-feira, contra a já rebaixada Portuguesa, era a 35ª vez que Orlando ia à Ressacada para acompanhar o Avaí nesse ano. Ele viu todos os jogos em casa.

Esta partida, a 35ª de Orlando, era válida pela 36ª rodada da Série B do Campeonato Brasileiro, contra um time matematicamente rebaixado desde a 32ª rodada. O Avaí não ganhava havia seis jogos, desde 11 de outubro, quando venceu o Icasa na Ressacada por 1x0. A sequência negativa fez o time do técnico Geninho cair do quarto para o sétimo. Uma derrota para a Portuguesa deixaria o sonho do acesso à elite do futebol brasileiro ainda mais distante, e era disto que tinha medo um outro torcedor, um senhor já na faixa dos 80 anos, com camisa e boné do Avaí, que subiu até a cadeira I-127 para cumprimentar Orlando. "Esses times já rebaixados resolvem jogar tudo que não jogaram agora! Acho que não ganha não", lamentou. E de fato, a Portuguesa daria muito trabalho naquela partida. Orlando, Maria de Lourdes e Odaleia, as amigas que

acompanhavam, preferiram não acreditar na derrota. "Eu sou muito positivo, sou otimista sempre", disse Orlando, reforçado pelas amigas. Junto com elas, estavam a estudante Caroline Franco, de 20 anos, filha de Maria de Lourdes, e o goleiro das categorias de base do Avaí, Leonardo Lopes, de 17 anos.

Maria de Lourdes e Odaleia são amigas de infância, e cresceram com Orlando no Morro do Céu, bairro próximo ao Centro de Florianópolis e ao Beira-Mar Shopping. Até 1983 havia, no lugar do shopping, o Estádio Adolfo Konder, a primeira casa do Avaí.

Assim, os três amigos se acostumaram a acompanhar equipe, indo a quase todos os jogos realizados no antigo estádio. "Meu pai era roupeiro do clube desde 1963, e eu ajudava ele até 1973, quando saí para ser funcionário público. Toda minha família tem ligação com o Avaí, desde que eles passaram a jogar no

Orlando viu Pelé e até um time romeno jogando contra o Leão, no Adolfo Konder

Entre a 15ª e a 26ª rodada, o Avaí esteve invicto e chegou a golear o Vasco por 5x0, em pleno São Januário. Apesar da boa fase, Orlando percebeu a decadência do time. "Aquele série de 12 jogos sem perder foi uma ilusão. Parecia que ia ganhar tudo, a gente acompanha, a gente sabe que o Avaí tem um plantel muito

limitado". Quando o árbitro Paulo Henrique de Melo Salmazio apitou, o senhor de 60 anos mudou de postura. Antes tranquilo e sorridente, agora estava preocupado, assistindo ao jogo de dois times que acreditava não serem tão fortes.

Os pouco mais de 3 mil torcedores do Leão viam o time levar um sufoco da Lusa. "Era melhor ter ficado em casa se fosse pra ver isso. Tá muito ruim", reclamou Maria de Lourdes, que se levantava a cada decisão do juiz contrária ao Avaí, bradando os "elogios" tradicionais.

O primeiro tempo acabou, com todos os amigos de Orlando vaiando o Avaí, a Portuguesa, a arbitragem e o jogo. Um zero a zero fraco, e a torcida descia aos bares para relaxar e tentar esquecer o péssimo primeiro tempo: comprar os churrasquinhos, as pipocas e os refrigerantes, à medida em que o frio do vento chegava.

Mais calmo no intervalo, Orlando recordava grandes times que já viu jogar nos tempos de Adolfo Konder. Em 31 de março de 1971, ele era umas das 19.985 pessoas que viram Pelé jogar em Florianópolis,

num amistoso que acabou Avaí 1x2 Santos. "Mas o melhor que eu já vi foi o Dinamo Bucareste, em 1972", exclamou, aproveitando para exibir seus conhecimentos sobre o time romeno. "Até lembro de dois jogadores, Lucescu e Dumitrache! Os dois jogavam muito!"

O segundo tempo começou com

mais susto para o Avaí, acabando de vez com a tranquilidade do torcedor. Além disso, o Leão, quando ia ao ataque, parava na defesa da Lusa.

Orlando, que esteve preocupado e em silêncio durante a maior parte do jogo, só foi dar o grito de gol aos 34 minutos, quando Marquinhos recebeu livre dentro da área e tocou na saída do goleiro Rafael Santos. Estava aberto o placar. Se antes a torcida protestava contra a arbitragem, o time e o técnico, o grito passou a ser "Vamo, vamo, Avaí".

Agora sem a pressão de abrir o placar, torcida e time ficaram mais tranquilos, mas a Portuguesa seguiu atacando. Aos 39 minutos o time paulista chutou uma bola na trave. Orlando, que sempre se disse confiante, ficou nervoso com a possibilidade de um empate. Mas aos 43, o nervosismo acabou. Em cruzamento pela direita, Anderson Lopes completou para o gol e fez 2x0. O Avaí venceu, finalmente, após seis jogos.

Depois do apito final, Maria de Lourdes, que ao fim do primeiro tempo disse que seria melhor ter ficado em casa, abraçou os amigos comemorando a vitória.

Vestindo o boné, a camiseta e, agora com o frio, a jaqueta do time do coração, Orlando levantou da cadeira I-127, caminhou a passos lentos com seus amigos, comentando a importância da vitória. "Esse Avaí faz coiza".

E este Avaí ainda faria muito mais. Em 29 de novembro, o

time azurra conquistava um acesso improvável de forma heróica: 9.156 pessoas foram à Ressacada e assistiram à vitória sobre o Vasco por 1x0, com um gol de pênalti do ídolo Marquinhos.

E não dependia só do Avaí. O Leão começou o jogo contra o Vasco no sexto lugar, e torcia por dois resultados: que o quarto colocado Boa não vencesse o já rebaixado Icasa e que o quinto colocado Atlético-GO não ganhasse do Santa Cruz.

E deu tudo certo. Com Icasa 3x2 Boa e Atlético-GO 2x3 Santa Cruz, o Avaí enfim voltou ao quarto lugar e à Série A., após quatro anos.



Avalanos apreensivos graças ao sufoco que levaram da Portuguesa

Dois horas antes do jogo começar, Tina e Neiva já estão dentro do Estádio Orlando Scarpelli, sentadas em suas respectivas cadeiras e batendo papos corriqueiros, como a possibilidade de chover durante a partida. Vestindo camisetas rosa exatamente iguais – na estampa, o desenho de uma mulher em pose sensual ao lado do escudo do Figueirense e a palavra "Elas" escrita em letras brancas – as duas deixam bem claro que fazem parte de uma torcida organizada. Junto delas está Nereu, que é uma espécie de agregado. Ganhou moderada fama local em 2010, quando uma sequência de imagens suas dançando foram mostradas no quadro de Tadeu Schmidt no programa Fantástico, da Rede Globo. Desde então, Nereu é conhecido como o

"torcedor-dançarino do Figueirense".

Fundada em 2008, a Elas Alvinegras é a primeira torcida organizada feminina do Brasil. Mas não precisa ter medo de sentar perto delas. Contrariando a imagem de grupos violentos que muitos têm das torcidas uniformizadas, elas nunca se envolveram em nenhuma briga. "Um dos objetivos quando criamos a Elas, na verdade, é+ra amenizar os ânimos", conta Rosângela da Silva, presidente da Elas Alvinegras. Na época, o Figueirense estava passando por um momento ruim no Campeonato, o que deixava os torcedores que iam ao estádio irritados e impacientes. A ideia era que, juntas e com melhor organização, as torcedoras teriam maior sucesso em influenciar o resto da torcida a apoiar mais e criti-

car menos o time. Outro objetivo era combater o preconceito num ambiente machista e intolerante como são os estádios de futebol. Rosângela diz que as torcedoras ainda sofrem discriminação, mas se mantém otimista. "Aos poucos, vamos conquistando nosso espaço".

O começo do jogo se aproxima, e o estádio fica quase lotado, com 15 mil torcedores presentes. O motivo é uma promoção que a diretoria fez, vendendo os ingressos por R\$ 10, cinco vezes mais baratos que o normal. Enquanto Tina segue comunicativa, falando com todos em volta, Neiva fica mais quieta, e vai ligando o aplicativo de rádio FM de seu celular na rádio Band. "Eu sempre escuto eles. Até porque sempre mandam abraços para a torcida Elas!", confessa Neiva. Logo chega Tânia, também



"Elas Alvinegras" é a primeira torcida organizada feminina do Brasil

com a camisa da torcida uniformizada, e trazendo um embrulho amarelo de presente nas mãos. Ela o entrega para a sua pequena sobrinha, que abre um largo sorriso ao rasgar a embalagem e ver que ganhou um estojo rosa da Barbie.

Porém, as atenções logo se voltam para o gramado, enquanto o locutor do estádio anunciava os jogadores do Vitória. Entre eles, o goleiro Wilson, que atuou em 300 partidas e chegou até a marcar três gols nos cinco anos em que jogou pelo Figueirense, tornando-se ídolo do clube. Basta seu nome ser anunciado pelo sistema de som que um coro composto por quase todos os torcedores do Figueira começam a cantar em homenagem ao atleta. "Foi de arrepiar. Nunca vi um jogador que saiu de um time ter o nome gritado assim pelo estádio inteiro", comenta Tânia. Neiva. Aproveita para dizer que já conheceu Wilson pessoalmente, em uma das festas de aniversário da torcida Elas. "Mas não conversei muito com ele. É bem envergonhado, fica mais na dele".

Em campo, o Figueirense brigava pela confirmação da permanência na série A do Campeonato Brasileiro, os três pontos garantiriam o time na primeira divisão.

Algo impensável cinco meses atrás, quando o Figueira estava na lanterna da competição, tinha o pior ataque do campeonato e não havia passado nenhuma rodada fora da zona de rebaixamento. Após a contratação do técnico Argel Fucks, veio uma improvável série de bons resultados, mesmo sem grandes mudanças no grupo de jogadores. O clube ficou até entre os dez primeiros colocados do campeonato, e chega

com 43 pontos, na 13ª posição, para enfrentar o Vitória.

O juiz apita e o jogo começa nervoso. A presença em massa da torcida do Figueirense coloca pressão sobre o árbitro e os jogadores do Vitória. Uma expressão apreensiva toma o rosto de Neiva, enquanto Tina fica mais exaltada e grita com todas as suas forças, dando ao juiz adjetivos como "desgraçado", "merda", e "filho da puta". Os outros torcedores contribuem para aumentar o coro. O nervosismo diminui aos 16 minutos de jogo, quando Pablo abre o placar de cabeça, aproveitando-se do erro de posicionamento do goleiro Roberto Fernández. O gol fez o estádio tremer com os 15 mil torcedores pulando de alegria. Alvinegras em festa. Neiva se mostra mais tranquila, mas não deixa de ouvir a rádio em momento algum. Tina, por sua vez, continua a gritaria. "Olha, já mataram um nosso lá", comenta, quando um jogador do Figueirense cai no chão machucado. Minutos depois, é a vez de um atleta do Vitória se lesionar. "Ei, não foi nada! Te levanta daí já", grita Tina. Só no segundo tempo ela se acalmou. Aos 13 minutos da etapa final, William Cordeiro desceu pela lateral direita e cruzou para Marcão, que chutou em cima do goleiro. A bola sobrou para Pablo que, sem deixar cair, finalizou no ângulo, dando números finais ao confronto. Com isso, as torcedoras puderam respirar aliviadas. O Figueirense estará na série A no ano que vem.

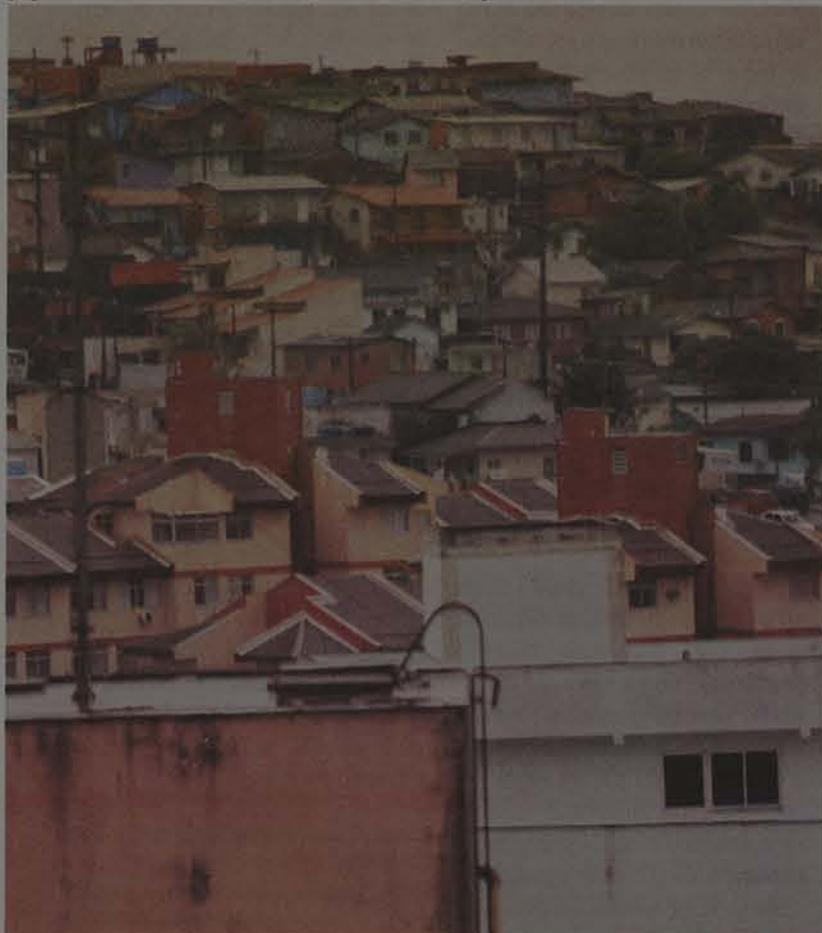
Carlos Estrella
carlosfellepeestrella@gmail.com
João Vitor Roberge
jvitor31@gmail.com

Família alega erro em ação policial

Um dia após a morte, comunidade do Morro da Caixa protestou na Avenida Ivo Silveira

William Meira estranhou quando passou em frente à creche Caminho da Esperança André Luis, na Avenida Governador Ivo Silveira, e não encontrou a manifestação que estava programada. Eram 17h do dia 26 de junho de 2014. As pessoas voltavam do trabalho, as crianças da escola, e alguns moradores do Morro da Caixa se organizavam para o protesto que aconteceria minutos depois. Mulheres produziam, em suas casas, cartazes com a frase: Polícia mata inocente. Voltando do trabalho, William subiu o morro, deixou sua moto em casa, e retornou a Avenida — local marcado pela comunidade por meio da internet e do boca a boca. No dia anterior, Anderson Camargo de Jesus, de 19 anos, foi morto por um tiro de fuzil nas costas.

Durante o dia 25 de junho, policiais da Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC) percorreram o Morro da Caixa apreendendo drogas e armas. Segundo moradores a movimentação policial era intensa “no celular, vizinhos recebiam fotos em tempo real do que estava acontecendo. Coisa de filme”, confirmou um deles. Estava deflagrada a Operação Sufoco. Planejada por 60 dias, resultou em cinco prisões, apreensão de quatro armas de fogo, oito mil comprimidos de ecstasy, quatro mil papérolas de crack e cocaína, 160



Comunidade do Morro da Caixa fez manifestação contra a morte de Anderson



Ao contrário da polícia, familiares defendem que Anderson Camargo não participava do tráfico de drogas

municiões, 50 kg de maconha, um rádio comunicador, duas balanças de precisão e celulares. Às 19h, Andréia Sousa, tia de Anderson, recebeu a notícia por um telefonema — “aconteceu algo ruim com seu sobrinho”.

Em frente à creche, William se juntou aos manifestantes que, com cartazes, protestavam contra a mor-

te de Anderson. Outros moradores da comunidade combinaram uma outra ação: queimar dois ônibus na Avenida Ivo Silveira. Após quatro mulheres impedirem a passagem de um ônibus da empresa Jotur na direção do bairro para o centro, a dona de uma boutique próxima à creche percebeu a movimentação de jovens, fechou a loja e foi para casa. Dois meninos subiram, espalharam gasolina e atearam fogo. Andréia, que segurou umas das faixas e presenciou o incêndio, afirma que o ato de vandalismo dispersou o intuito da manifestação: “Não era para eles terem queimado os ônibus. Era para fazer tudo direitinho”.

Local de lazer dos garotos do Morro da Caixa, o campo de chão batido, situado atrás da creche Caminho da Esperança, foi onde William e Anderson se conheceram. William, que tinha 23 anos, ainda não morava na comunidade, mas costumava jogar futebol no “campinho”. Sete anos depois, já sabia do envolvimento de Anderson com o tráfico de drogas. Segundo ele, Anderson fazia o “corre” — venda de entorpecentes. Nesta época, quando se mudou para o morro, percebeu mudanças

no comportamento de seu amigo. Certo dia, ao passar pelo Centro de Saúde do Morro da Caixa viu que ele dançava sozinho no meio da rua. Mais de uma vez, Andréia foi avisada pelos vizinhos que Anderson estava andando na rua somente de cueca ou imitando cachorros.

A polícia chegou à Avenida Ivo Silveira minutos após o incêndio começar e só saiu um mês depois.

“Como ele não podia ir preso, por ser menor de idade, a polícia batia no menino”

Quem passava na avenida podia ver as viaturas durante todo dia, e os moradores do Morro da Caixa estavam sujeitos a serem revistados na entrada e saída do morro. Durante a ocupação da polícia, o principal ponto de venda de drogas ficou fechado. Uma moradora do bairro Capoeiras, que costumava comprar maconha no local próximo à avenida afirmou: “Eu sei que a boca de fumo fechou porque eu costumava comprar um *beck* lá”.

Durante a adolescência de Anderson, a tia e o avô do menino já perderam as contas de quantas vezes o viram apanhando da polícia. “Ele já foi do tráfico e, como era menor de idade, não podia ir preso. Então a po-

lícia batia nele”, contou a tia. Segundo ela, em uma dessas vezes em que apanhou, também levou choques. A família acredita que esses episódios de violência geraram nele um forte pânico da polícia, e por isso, sempre que via policiais saía correndo. Mais de uma vez, Andréia o pegou pelo braço e disse: “não corra da polícia porque você não fez nada de errado”. A Equipe da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE), que respondeu pela operação, fez um pronunciamento em nota um dia depois da morte. Um dos parágrafos dizia que Anderson Camargo de Jesus cometeu crimes como tráfico de drogas, roubo, furto, lesão corporal, desacato e desobediência.

Após o mês de ocupação da Polícia Militar e Civil, a moradora do bairro Capoeiras pôde voltar a comprar maconha na boca de fumo do Morro da Caixa. Ela alertou que seria difícil que os membros da comunidade falassem alguma coisa sobre a morte de Anderson e a queima dos ônibus, por não quererem se envolver com a história. Tudo isso foi confirmado pela hesitação de oito pessoas que moram e trabalham próximo aos episódios. Em frente a uma das casas invadidas pela polícia no dia 25 de junho, um morador revelou detalhes da operação mesmo depois de ter afirmado que trabalhou durante todo o dia. Ao ver sua vizinha se aproximar durante a entrevista cedida ao Zero, aconselhou: “essa aí sabe de tudo quando acontecem as coisas. Pergunta a ela”. A resposta da mulher foi enfática “Não, eu não sei de nada”.

As versões do que aconteceu no dia da morte de Anderson são distintas. Enquanto membros da comunidade sustentam que ele foi morto sem ter reagido, e sem ter envolvimento com o tráfico, a polícia, no pronunciamento oficial, não explicou o que ocorreu no momento da morte. A reportagem tentou marcar entrevista com o delegado responsável pela operação e não obteve resposta. Segundo Andréia, a mãe de Anderson entrou com processo contra o Estado. Se, para a polícia, ele era um traficante, para a família era um garoto que costumava soltar pipa, seu principal hobby, e seu negócio: Anderson comprava pipas por R\$ 1,20 e as vendia por R\$ 1.

Ana Domingues
anadomingues.ufsc@gmail.com
Priscila dos Anjos
priscila.zero.anjos@gmail.com

Admirada, Uda é líder comunitária

Maria Gonzaga luta para beneficiar a comunidade do Morro da Caixa através da política

O coro de vozes de maioria masculina que entoava com potência o Rancho de Amor à Ilha anunciava que a cerimônia de entrega da medalha Zumbi dos Palmares no Plenário da Câmara dos Vereadores de Florianópolis acabara. Naquela segunda-feira à tarde, dia 17 de novembro, entre os nove homenageados estava a presidente da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB), Maria de Lourdes da Costa Gonzaga, de 75 anos.

Dona Uda, como é conhecida no Morro da Caixa, não colocou a medalha em volta do pescoço, diferente dos outros oito que a receberam. Queria compartilhar a conquista com os membros da AMAB que a aguardavam fora do Plenário.

Indiferentes à cerimônia, repórteres de televisão rondavam o primeiro andar da Câmara, à espera da finalização para indagar vereadores sobre o último episódio de corrupção da cidade. Fazia cinco dias que a operação Ave de Rapina havia indiciado vereadores em crimes contra a administração pública, e os cinegrafistas faziam imagens da primeira sessão presidida pelo vereador Jerônimo Alves Ferreira. Enquanto o novo presidente da Câmara citava o nome dos vereadores presentes, Dona Uda se lembrava de um nome que não

Aposentada é visitada por candidatos que buscam voto

seria citado: Marco Aurélio Espíndola, popularmente conhecido como Badeko. “Um cara pobre nascido aqui no morro. Se fez o que estão dizendo foi burrice, não tinha necessidade”, lamentou pelo indiciamento e prisão do vereador.

Em períodos eleitorais a aposentada não precisa descer o Morro da Caixa para ver os políticos da cidade. Sentada à mesa de sua cozinha, recordou quando Badeko, que concorria ao primeiro mandato em 2008, fez uma visita a sua casa para apresentar seus projetos para a comunidade. Apontando para a cadeira que Badeko sentou, Uda citou o diálogo que tiveram:

- Eu não te conhecia cara!
- É que eu saí daqui cedo, fui morar no Monte Cristo.
- Mas que bom que você não esqueceu do morro.

O mesmo tipo de visita fez Anderson Costa, em 2012, quando se candidatou a uma vaga na Câmara

Municipal. Apesar de não ter votado em Anderson, pois “era Badeko”, Uda simpatizou com o candidato. “Fizemos um jantar, e coloquei a fotografia dele bem grande aqui no meu portão”. Nessa eleição, chegou perto de ser multada por excesso de placas de candidatos penduradas no muro e no portão de sua casa. A aposentada também aconselhou Anderson a participar das atividades nas comunidades antes da eleição. “Não sei como os políticos não têm vergonha de subir no morro só nessa época”. Dona Uda desaprova os candidatos que somente sobem o morro durante o período de campanha.

Para Uda, o motivo de ser tão procurada por políticos durante as eleições é por ser muito conhecida onde mora. “Nasci, estudei, casei e me formei aqui”. Graduada em Pedagogia pela UDESC, foi professora e diretora por 35 anos na antiga Escola Básica Lúcia Livramento Mayvorne, localizada no Morro da Caixa, e administrada, hoje, pela Rede Marista. Não é difícil perceber que é conhecida dentro e fora do Morro da Caixa. Para chegar a sua casa a pé, por exemplo, é só pedir informação no começo do morro. Já de ônibus, ela aconselha:

“Pega o Monte Serrat e pede para descer na frente da casa da Dona Uda”.

Há duas semanas do primeiro turno das eleições 2014,

ainda recebia candidatos em sua casa. Naquela semana, a deputada federal Luci Choinacki, que pleiteava o mandato por mais quatro anos, subiu o Morro da Caixa para tomar um café da tarde e pedir voto. Em frente à casa, duas placas denunciavam os votos de Dona Uda para as vagas de deputado: Esperidião Amim, para federal, e João Amim, para estadual. Por um momento pensou não ser conveniente receber a visita com a sua intenção de voto pregada na entrada de casa. “Meu Deus ela vai vir aqui em casa pedir meu voto com essas duas placas ali na frente”. Mas não seria a primeira vez que isso aconteceria, já que mesmo recebendo candidatos de vários partidos Uda acredita que não há uma pessoa que não tenha a ouvido falar “eu sou Esperidião”.

Viúva desde os 38 anos, Uda passou a engajar-se em campanhas políticas após a morte do seu esposo Armando Gonzaga, em 1978. Anteriormente



A presidente da AMAB, recebeu a medalha Zumbi dos Palmares na Câmara dos Vereadores em novembro

preferia não ter autonomia para escolher candidatos. “Quando eu estava na casa dos meus pais, eu votava em quem meu pai votava. Depois que casei passei a votar em quem o Armando votava”. Apresentada à Amim por Armando, chegou a bater de porta em porta, no morro, pedindo votos para o “professor” e outros candidatos. Hoje não faz isso, falta confiança nos políticos. Uda preocupa-se com a quantidade de políticos corruptos que vê na televisão. Na última eleição, preparou um jantar para receber Esperidião e seu filho, João, em sua casa. Compareceram 48 pessoas da comunidade e conhecidos. O objetivo: angariar votos. Somente uma pessoa, além de Uda, declarou claramente seu voto para ambos.

A lealdade ao deputado é fruto da gratidão que Uda conserva pela ajuda que Esperidião Amim, quando prefeito de Florianópolis, deu à comunidade do Morro da Caixa, segundo a aposentada. Também por um convite do então Governador Amin, Uda trabalhou 12 anos no Conselho Estadual de Educação, onde custou a ficar, pois julgava ser uma “formiga perto dos elefantes”, figura de linguagem usada pela aposentada para explicar que sentia-se

inferior aos membros do Conselho: reitores e diretores de colégios particulares de Santa Catarina. Mas foi convencida a ficar pelo governador. “É essa formiguinha que tem que ir lá para enfrentar os elefantes”.

Além das visitas durante a campanha de 2014, na véspera do primeiro turno, recebeu a ligação de um candidato pedindo o seu voto. Não hesitou em responder: “mas se o senhor quisesse realmente o meu voto, não tinha ligado um dia antes da eleição”. Seguido de um pedido de desculpas, o candidato, preocupado com a desaprovação de Uda, respondeu: “então, por favor, não comente nada sobre mim”.

Durante os anos que foi secretária do Conselho Comunitário do Morro da Caixa, Uda Gonzaga percebeu que calçar uma rua, conse-

guir um posto de saúde e até inaugurar uma linha de ônibus que subisse o morro poderia ser mais fácil com apoio político. Lembra que no começo de sua atuação no Conselho foi à prefeitura para pedir algo para a comunidade e ouviu “Seria bom se a senhora tivesse um vereador conhecido”.

Priscila dos Anjos
priscila.zero.anjos@gmail.com

Garotas de programa por escolha

Atividade sexual remunerada é tema de projeto de lei que tramita na Câmara Federal desde 2012

Pelas manhãs, Nina* é auxiliar pedagógica em uma creche em Florianópolis, Joana* é cozinheira em um restaurante que serve buffet a quilo e Fernanda* é vendedora de roupas. Com profissões distintas, as três são colegas no Bar Relax, localizada na rua Anita Garibaldi, no Centro da Capital. Elas trabalham como prostitutas das 13h30 às 21h. Com sombras pretas nos olhos, batom escuro, salto alto e um perfume adocicado, as mulheres ficam sentadas no balcão ou em uma das quatro mesas pequenas e circulares do salão atentas aos poucos clientes que surgem.

Se até ao meio dia, Nina conta histórias infantis e troca fraldas, à tarde ela realiza as fantasias sexuais dos que pagam pelo seu serviço, sem aceitar violência física. “Quando eu apinho tento resolver numa boa para não causar confusão, mas me recuso a atender o cara de novo”. No Brasil, a agressão às mulheres é considerada violação dos direitos humanos, amparada pela Lei Maria da Penha, de nº 11.340. O que não garante outros direitos fundamentais às prostitutas, como a segurança pública e ao trabalho, por exemplo.

Em julho de 2012, o deputado federal Jean Wyllys (PSOL), apresentou o projeto de lei (PL) Gabriela Leite, de nº 4211/2012, em que regulamenta a atividade das prostitutas. O artigo 1º considera profissional do sexo as pessoas maiores de 18 anos e absolutamente capazes que voluntariamente prestam serviços sexuais mediante remuneração. O projeto garante juridicamente o pagamento pelo trabalho e aposentadoria de 25 anos. Ele legaliza as casas de prostituição e criminaliza a exploração sexual. A intenção era aprovar a proposta até a Copa do Mundo deste ano, mas o tema esbarrou na bancada conservadora do Congresso. Atualmente o projeto está parado em Brasília.

Desde 2002, o ofício se enquadra na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), na categoria “profissionais do sexo”. Embora a prostituição não seja crime no Brasil, as três mulheres preferem esconder para os familiares o que fazem à tarde. “A sociedade é hipócrita. Já conheci muita gente ruim no mundo, mas aqui atendo pais de família, políticos, respeitadores”, revela Joana, cozinheira de 48 anos e mãe de cinco filhos evangélicos. O mais novo tem 19 anos e faz faculdade de Teologia. Joana se orgulha em pagar a mensalidade do caçula. Para outro, ela comprou um fusca. Mas não revela onde ganha os R\$ 900 por semana. “Nos lugares que eu frequento acham que eu sou uma santa”. O único que sabe sobre o seu trabalho é o namorado que a conheceu no próprio bar. “Ele me liga quase todos os dias, a gente vai no shopping, passeia. Ele aceita minha profissão”.

Quando um homem atravessa o bar que funciona a meia-luz com pisca-pisca de Natal espalhados pelas paredes, as mulheres levantam a cabeça em prontidão. O programa é tabelado em R\$ 80, sendo que R\$ 50 ficam para elas e R\$ 30 é o preço do aluguel do quarto, situado nos fundos da casa. Após 21 anos trabalhando como prostituta, Fernanda, 38, revela que os negócios mudaram e a demanda diminuiu. A vendedora relembra dos tempos de



Nina recebe ajuda financeira de namorado, que conheceu na boate onde ainda trabalha

fatura. “Antes isso aqui lotava dia e noite. Hoje eu cobro o piso e só. Nem peço a mais porque tá difícil”. De acordo com ela, os homens encontram nas festas o que as prostitutas oferecem nos bares e casas de show. “As mulheres lá fora fazem sexo de graça e muitas transam sem camisinha, diferente das garotas de programa”. De acordo com a pesquisa realizada pela Universidade de Brasília (UnB) encomendada pela Coordenação Nacional de DST e Aids do Ministério do Trabalho, 67% das prostitutas no Brasil usam preservativo com os clientes.

Ao contrário das mulheres que trabalham no bar, Suzi possui apenas um emprego, onde atende a noite inteira. Há dois dias em Florianópolis, já conhece mais de 100 pessoas sem ter ao menos andado pelos principais pontos da capital. Aos 28 anos - e com um número de check-in maior do que muitos mochileiros - é a primeira vez que ela vem a Santa Catarina para

Em duas semanas, Suzi pretende juntar R\$ 7 mil atendendo quatro clientes por noite

trabalhar. Apesar de ter boas referências da cidade, não pretende ficar mais de quinze dias. A expectativa é acumular cerca de R\$ 7 mil e voltar para São Paulo onde tem residência fixa. Para isso, a mulher terá que acompanhar, no mínimo, quatro clientes por noite pelo valor fixo de R\$ 400, ou conseguir que os frequentadores da Sex Night Club, localizada na Avenida Mauro Ramos, gastem em drinks e combos de vodka ou uísque para aumentar seu ganho diário. “Não sou muito de beber, bebo socialmente, mas enquanto não tem cliente a gente pode tomar o que quiser de graça, de cerveja a doses de Red Label, mas quando chega alguém nossa meta é fazer com que eles gastem com a gente. Ganhamos porcentagem em tudo, menos em cerveja que é a bebida (alcoólica) mais barata, custa R\$ 15”.

Suzi chegou ao Sex Night por indicação de uma amiga, e gostou. A casa de shows é uma

das mais procuradas da cidade, com público seletivo, o preço da entrada varia por noite, em dia de atrações locais são cobrados R\$ 70, nas sextas-feiras quando a festa é open bar os clientes pagam R\$ 130. Todos os dias são temáticos, mas o dia mais aguardado é a noite do sushi, quando uma modelo é enrolada nua em isofilme e as peças de sushi e sashimi são servidas no corpo da menina. O programa com as garotas começa em R\$ 200 e podem chegar a R\$ 600. Nos dois dias que trabalhou, Suzi cobrou de cada cliente R\$ 350. Foram sete ao todo. “Eu prefiro os mais velhos, mas também não fico escolhendo, se for novinho, tiver interesse e como pagar, tudo bem”. Ao ser questionada sobre as atitudes na hora da aproximação dos homens, ela afirma que como em uma boate comum, há os ousados e há os românticos, mas que isso não influencia em nada já que tem que saber separar as coisas e agir como profissional.

Em uma boate no interior de São Paulo, ela se apaixonou por um cliente. “A química foi tanta que eu não cobre”. Suzi garante que foram poucas vezes que isso aconteceu - geralmente são os homens quem se encantam por ela. Um rapaz fez com que a mineira mudasse o local de trabalho. Ele ia todas as noites na boate, não a deixava trabalhar e se declarava aos berros. Gritava: “Carol, eu te amo! Carol, volta pra mim!”. Carolina era o nome de Suzi naquela época, que altera seu codinome sempre que pode com medo que sua filha de 11 anos descubra a profissão da mãe.

Suzi não tem namorado, já Nina tem um que conheceu no Bar Relax. “Ele pediu para eu parar. Me dá mesada todo mês. Mas eu continuo aqui”. Fernanda também namora, mas afirma que “ele nem sonha” de sua segunda profissão. A maquiagem, salto alto e a pose não são sinônimos para a segurança em um relacionamento sério. Para a vendedora, a prostituição traz dúvidas. “Eu fico pensando se ele vai me trair e fazer a mesma coisa que os caras que me procuram”. Outra questão é a aceitação. “Será que ele vai gostar de mim se eu contar que sou ou já fui garota de programa?”.

Com a rotina intensa, Suzi não pretende concluir os estudos. Ela frequentou a escola até o Ensino Fundamental quando começou a se prostituir aos 19 anos, em Belo Horizonte. Joana pensa da mesma forma. “Não foi um diploma que me fez alcançar tudo o que tenho hoje”, declara a cozinheira que trabalhou em navios pela Europa como camareira e cozinheira. Fernanda voltou a estudar e terminou o Ensino Médio aos 28 anos, após 11 na profissão. “As meninas entram novinhas no ramo e perdem o foco. É uma grana que vem fácil e vai embora fácil”, revela a vendedora com sorriso no rosto, já de olho no único cliente do salão.

**Nomes fictícios para preservar a identidade das entrevistadas.*

Aline Takaschima
alinetakaschima@gmail.com
Kauane Moreira
kauane.moreira@gmail.com

Propagandeando sexo

Panfletos no lugar da luz vermelha

Ao mesmo tempo em que centenas de *flyers* são entregues, pouca gente aceita discutir seriamente a prostituição

— **C**ara, deixa eu te falar uma coisa. Essa casa — mostra um panfleto — aqui tem uma loirinha muito gostosa. Ela faz oral liberal, chupa sem camisinha se você quiser. Vinte minutos fica sessenta reais. Também tem uma morena com uns peitão que você não tá ligado. É aqui do lado a casa, vamos ali comigo que eu te mostro.

O panfleteiro, tentava convencer um potencial cliente na esquina das ruas Felipe Schmidt e Jerônimo Coelho, ao perceber que o homem que havia pegado um pedaço de papel de outro panfleteiro, olhava para o anúncio desapontado, pois se tratava de uma propaganda de leitura do futuro, achou que neste caso não precisaria de cerimônias.

Esse era quase uma exceção. Salta aos olhos a quantidade de panfletos que trabalham no Centro de Florianópolis divulgando a venda de sexo. Se não envolvesse um tabu como a prostituição, não seria muito diferente de divulgar um supermercado ou restaurante. Reações exaltadas ocorrem quando são entregues a centenas de homens papéis de prostituição, a despeito de suas convicções e personalidades, anunciando mulheres das mais diversas etnias, cores de olhos e de

cabelos, que fazem ou não sexo anal, felam de maneira X ou Y por preços que variam de R\$ 60 a R\$ 150.

Rafael*, um dos panfleteiros, é um sujeito sorridente, de aparência e modos pacatos. Ele passou pelo último incidente do tipo três dias antes dele conversar com a reportagem. Distribuía os pequenos anúncios na ruela entre a Câmara Municipal e Catedral da Praça XV:

— Eu sou muito bem casado, rapaz. Não preciso desse lixo!

— Só te ofereci o panfleto! Se não quer, não pega!

Conta que de tempos em tempos isso acontece. Porém, algumas vezes por dia um panfleteiro tem sucesso no convencimento. Nessas ocasiões, indica o caminho da casa para o cliente e o acompanha até lá. Essas casas podem ter um (ou uma) chefe ou serem apenas um local de trabalho com despesas divididas entre um grupo de garotas. Segundo a ativista Kelly Vieira, da Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Ênfase

em Sexualidade (ADEH), como o rufianismo (o ato de tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça) é passível de prisão. Pessoas que praticam esse crime não costumam se apresentar como tal nem mesmo para os panfleteiros. Vieira conta que alguns deles aparecem na associação de vez em quando para buscar insumos necessários ao funcionamento seguro das casas (como preservativos), que a ADEH fornece.

Haja "insumo". Rafael conta que num dia de movimento fraco, uma casa recebe cerca de 20 clientes, providos dos serviços dos panfleteiros ou já habituais. Pelas suas contas, no centro da cidade, existem cerca de 20 casas que funcionam de modo parecido. Segundo a ADEH, em toda Florianópolis são pelo menos 300 locais utilizados para prostituição de todos os tipos. O grosso do movimento é em horário comercial. Com casas funcionando durante o dia e próximas a

locais onde muitas pessoas trabalham, como o Centro da cidade, clientes têm a possibilidade de utilizar esses serviços de maneira bastante discreta. Pode-se simplesmente sair do trabalho no intervalo do almoço, pagar uma garota por meia hora e pouco tempo depois estar de volta à ocupação habitual.

Cerca de dez homens têm a mesma ocupação de Rafael. Via de regra, acabam se conhecendo, conversando e cooperando. A não ser que um tente atravessar o cliente do outro, a convivência é tranquila. Se alguém se mostra interessado pelos serviços de uma garota e diz para o panfleteiro que não tem dinheiro suficiente para bancar um programa ou tem o dinheiro e está disposto a gastar um pouco mais, é comum que lhe seja indicado conversar com outro, que está divulgando uma casa mais cara ou mais em conta.

Muita gente acha que os próprios panfleteiros usam os serviços das garotas. Rafael diz que não. "Eu fico aqui na rua e vejo os caras que vão. Não dá não."

Isso, porém, varia. João*, outro panfleteiro, já teve seu dia de cliente. Mas não foi ele quem pagou. Enquanto distribuía os flyers nor-



Na tarde de sexta-feira, João* trabalhava em esquina onde estavam pelo menos mais cinco panfleteiros

malmente, um homem chegou e lhe disse:

— Minha mulher está doida para dar para ti

Ofereceu R\$ 100 para assistí-lo transar com a esposa. O panfleteiro aceitou. Tempos depois o marido *voyeur* voltou a procurá-lo. Agora a proposta era outra: ele pagaria um programa com uma garota para o panfleteiro, desde que pudesse, novamente, ver tudo. A proposta foi aceita de bom grado. João não queria negar sexo e também não parecia se importar tanto assim com um observador. Foi até uma das casas com o homem, combinou com a garota. Em certa altura, durante o ato, o homem tentou acariciá-lo. Ele parou por um momento, ficou indignado, xingou o homem. Em seguida, recebeu sexo oral da moça, sempre com o homem tentando se aproximar.

João contava essa história e, antes de terminá-la, foi chamado de lado, provavelmente por um cliente. Antes, já havia cumprimentado por nome um senhor vestido formalmente e de cabelo totalmente branco que passava pela esquina das ruas Felipe Schmidt e Deodoro, onde naquela tarde de sexta-feira outros cinco panfleteiros trabalhavam. A princípio, não queria conversar com a reportagem. Dizia que as histórias não eram coisa de se sair num jornal. "Isso aqui é um submundo." De fato, apesar de milhares de pessoas as verem cotidianamente — grande parte delas

sabendo o que estão distribuindo — além das centenas, talvez milhares, de panfletos entregues todos os dias, sexo e prostituição seguem sendo tabus. Muitos dos clientes procuram os serviços das garotas no Centro da cidade não para satisfazer fantasias pouco convencionais que nem todo mundo toparia, como o homem que tentou acariciar João, mas para um simples sexo.

Convencional como a posição que algum dos clientes pedem para as garotas, foi a forma como Rafael começou nesse ramo, cerca de um ano atrás. Conta que estava recebendo seguro desemprego e viu um anúncio no jornal. "Precisa-se de panfleteiro". Sua atual remuneração é de R\$ 50 fixos por dia, mais R\$ 10 por cliente que ele levar até a casa e pagar um programa. No ano passado, durante a temporada de turismo, fez seu recorde: num dia levou 25 potenciais clientes, dos quais 18 ficaram. "Mas na época eu trabalhava numa casa que só pagava R\$ 5 por cada um", lamenta.

*Nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados

João* não quis conversar com a reportagem: "isto aqui é um submundo"

Caio Spechoto
caio.spechoto@gmail.com



UFSC oferece mais aulas práticas que a Sorbonne, destaca parisiense



Bruno Silva, aluno de Engenharia Ambiental e Sanitária da UFSC, fez contatos profissionais na Austrália

Acadêmicos investem em intercâmbio

Experiências no exterior trazem oportunidades para estudar e conhecer diferentes culturas

Sentada no corredor do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), cabelos loiros de tonalidade quase ruiva, a parisiense Clara Schnebel parece estar convencida da sua escolha. "Eu quero ficar no Brasil". Na Universidade Sorbonne, na França, Clara se apaixonou pela língua portuguesa. Foi lá em que começou as graduações de Comunicação Social e Língua Estrangeira – Português e o gosto pelo idioma tornou o Brasil parte de seu intercâmbio acadêmico. A oportunidade de conhecer o país só foi possível após seis semestres concluídos. Entre as três opções que teve, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na capital, e a mesma em Niterói, Clara optou por estudar Jornalismo durante um ano na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis.

Numa sala com 300 pessoas e sem muita discussão, as aulas no Centro de Informação e Comunicação na Sorbonne são teóricas nos três anos de curso. Na UFSC, as disciplinas mais práticas e a proximidade entre professor e aluno têm sido o diferencial em relação à academia parisiense. "Eu acho melhor a relação que se tem aqui com os professores, cada um pode tirar suas dúvidas nas aulas. Na França não, se você não entendeu, não vai atrás". Outra diferença é o tempo de duração do curso. Clara receberá, em breve, um diploma equivalente a formação de três anos pela Universidade de Sorbonne.

Para Jana Theresa Speidel, a re-

ceptividade dos brasileiros atrai atenção. "Eles são muito legais, simpáticos, prestativos, gentis e estão sempre muito felizes se eles notam que um gringo está tentando aprender português", relata a intercambista alemã que faz bacharelado na Holanda em Estudos Internacionais com uma especialização na América Latina. Jana Speidel está em Florianópolis complementando seus estudos com disciplinas de História do Brasil e do Jornalismo.

Brasileiros no exterior

Viajar para outro país e adquirir novas experiências acadêmicas faz parte do cotidiano de alguns brasileiros. Mariana Barbosa de Amorim é estudante da nona fase de Biologia da UFSC e tinha como sonho fazer intercâmbio. A Universidade de Tübingen, na Alemanha, concretizou seu sonho em 2013. Para ela, estudar no exterior é uma vontade de muitos estudantes, mas o comodismo com a rotina atrapalha essa realização. "Eu queria sair um pouco do lugar comum, parar com a vida cotidiana e conhecer coisas novas", comentou.

Atualmente, 1016 estudantes da UFSC estão fazendo intercâmbio no exterior. A Secretaria de Relações Internacionais da UFSC (SINTER) oferece vagas para a vinda de estrangeiros e a ida de brasileiros em sete programas de intercâmbio. Os alunos têm a opção de realizar o intercâmbio

através dos programas Ciências sem Fronteiras do Governo Federal, Erasmus Mundus e Acordo Bilateral, mas, para isso, devem cumprir algumas exigências, como ter pelo menos 40% do curso concluído no momento da inscrição, devem estar regularmente matriculados desde a inscrição no Programa de Intercâmbio até o retorno à UFSC, e apresentar um bom rendimento acadêmico. Bruno Eduardo dos Santos Silva queria ir

Mais de mil estudantes da UFSC vivem em outros países

a lugares mais exóticos, mesmo que longe do Brasil. Estudante da 6ª fase de Engenharia Ambiental e Sanitária da UFSC, ele pesquisou os países com mais qualidade de ensino na área de saneamento. "Vi que podia ir para a França, Suécia e Austrália, só que por ter melhor inglês, descartei a primeira opção. Ao final, abriu o edital somente para Austrália e então fui para lá, para a Universidade de Melbourne. Pude entender a engenharia pelo fator social e conhecer os trabalhos que eram feitos por equipes multidisciplinares."

Mariana escolheu a Europa pois queria aprender sobre a história e a cultura do continente, além de ter a oportunidade de conhecer mais lugares com menos gastos. A adaptação em outros países não foi problema. "Os alemães aceitam bem outras culturas e são simpáticos e solidários com o estrangeiro." Já

para Bruno Silva, preparar-se antes do intercâmbio foi importante para a adaptação. "As pessoas falavam que o australiano é muito fechado, que não conversam com você e eu achei que ninguém ia falar comigo. A cada aula eu tentava me aproximar de alguém. Depois consegui fazer grandes amigos e vínculos profissionais lá", comentou o intercambista. O mais difícil para ele foi a adaptação com a comida, porque os restaurantes não ofereciam os alimentos que faziam parte de seu cardápio brasileiro. Era somente *fast-food*.

No intercâmbio, a aprendizagem vai além da sala de aula. Para os estudantes da UFSC, foi uma experiência de vida que permitiu ampliar suas visões de mundo. Bruno comenta que depois da experiência ele passou a acreditar um pouco mais nos outros, pois fez várias viagens com pessoas que tinha recém conhecido e que aprendeu a ter maior iniciativa com as situações. "O principal aprendizado que tive foi aproveitar o tempo. Passei a me organizar melhor e desfrutar mais cada dia." Na viagem, ela conseguiu perceber estereótipos e paradigmas que facilitaram o trabalho no Brasil. "Aqui tem muita coisa que pode ser melhorada, e eu quero ajudar a desenvolver o que a gente já tem em casa."

Da mesma forma, Mariana Amorim voltou com vontade de conhecer outros lugares. A aluna considera que está mais preparada para o futuro. "O intercâmbio tira as dúvidas que a gente tem sobre o que fazer na vida profissional depois de se formar. Ele apresenta outras visões, outras culturas. O mundo é muito grande e cheio de possibilidades".

Daniel Garcia
daniel.garciaja@gmail.com
Suelen Rocha
suelenrochacom@gmail.com



Mariana estudou na Alemanha em 2013

Educação

Instituições apostam em projetos

Músicas e esportes são prioridade

A estrada que liga o Morro do Mocotó ao bairro Prainha, no centro de Florianópolis é ampla e íngreme. À medida em que se sobe a rua, a passagem vai se estreitando e se ramifica infinitamente entre casas e becos. Pelas ruas que avançam em direção ao topo do morro se misturam sons de rádio e de pessoas conversando. Entre eles um ecoa mais alto: o da música clássica, em uma casa alaranjada, a Associação dos Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó (ACAM).

Violinos, violoncelos e um piano ditam o ritmo. Mais alguns passos adiante, na mesma casa, o som é outro, cantado por 15 vozes: "Criança não trabalha, criança dá trabalho!". Toca-se uma percussão, em duas batidas secas. "Criança não trabalha,

criança dá trabalho!". Os jovens da Associação riem, brincam e aprendem. Bastam alguns segundos e, pronto, estão em outra sala. Do coral, vão ao ginásio, à sala de informática, às salas de aula. São 190 crianças que, no contraturno da escola, passam o dia na entidade.

A ACAM recebe jovens dos morros do Mocotó, da Queimada, do Jacatá e do Bode. A coordenadora do projeto, Maria Beatriz Bastos Ferreira, lembra que na associação não se faz reforço escolar, e sim apoio pedagógico. As quatro horas das crianças e adolescentes são destinadas para a realização de tarefas escolares, atividades nos computadores e, para os que gostam de esportes, capoeira e dança. O aprendizado de instrumentos musicais é optativo.

Também no Morro do Mocotó,



o projeto Casa Brasil, em funcionamento desde 2010, oferece treinos de boxe e jiu-jitsu a 80 jovens. O prédio da entidade foi uma doação da prefeitura à comunidade. Para o coordenador da Casa Brasil, Diego Bittencourt, as atividades são decisivas na concentração e disciplina

das crianças. O morro do Mocotó reinventa sua história diariamente. Depois de avançar em saneamento básico e moradia, nos últimos 30 anos, agora a educação dos jovens é uma realidade.

Ricardo Florêncio
r.florenciopassos@gmail.com

A Associação dos Amigos da Casa da Criança e do Adolescente oferece atividades para 190 crianças, no Morro do Mocotó

Atividade estimula raciocínio lógico

Iniciativa criada por professores em escola municipal é ferramenta complementar de ensino

Em uma das salas de aula do Colégio Maria Luiza de Melo, em São José, sete estudantes estão atentos à explicação do professor. O clima é descontraído e a configuração da sala não é a de sempre. Desta vez, todos estão no centro, sentados em volta de uma mesa, composta por cartas, fichas e componentes coloridos. Hoje é dia de aprender as regras de mais um jogo de tabuleiro do projeto On Board na Escola.

Entendendo o jogo como método alternativo e complementar de ensino, os professores Lucas Andrade e Ramon Diedrich criaram o projeto para estimular o raciocínio lógico, memória, resolução de problemas e socialização dos jovens. As oficinas extraclasse começaram em agosto e acontecem às terças-feiras no período da tarde, com adolescentes de 7ª à 8ª série. "Eu faço relatórios semanais para descrever sobre o comportamento dos alunos e o que foi trabalhado nos encontros. Assim, posso analisar as melhoras na estratégia, trabalho em equipe, honestidade, timidez, agressividade. Aqui, eles



Em contraturno, os alunos participam das oficinas no Colégio Municipal Maria Luiza de Melo, em São José

aprendem a se soltar, brincar com os colegas", diz Lucas.

No contexto social, o jogo ganhou evidência na década de 60, com o aparecimento de museus, onde as crianças podiam tocar e manipular brinquedos. Este processo de valorização chegou ao Brasil no início

"Vivemos em uma sociedade onde o único meio de diversão é uma tela"

da década de 80, com o aumento da produção científica sobre o tema e o surgimento das brinquedotecas. "Os jogos se tornam uma ferramenta para o autoconhecimento, pois a reação dos alunos durante a atividade mostra a personalidade de cada um. Com isso, eles conseguem identificar

seus pontos fortes e fracos, superar as dificuldades", ressalta o professor de Psicologia da UFSC, Emílio Takase.

Os participantes da oficina já aprenderam o funcionamento de mais de dez jogos e descobriram com o projeto uma nova forma de se divertir. "O jogo favorito é Summoner Wars, que é bem estratégico e tem muitas viradas. Você pode estar ganhando e do nada, perdendo. Então, tem que mudar completamente a estratégia", conta o aluno João Leonardo.

A proposta de expandir a atividade não fica só nas escolas. Além das oficinas pedagógicas, o grupo On Board realiza encontros semanais gratuitos, comparece em eventos municipais e produz conteúdo em blogue, canal do Youtube e mídias sociais. "Vivemos hoje em uma sociedade digital, onde as crianças crescem com um celular na mão e o único meio de diversão é através de uma tela. Quero mostrar que existe a diversão fora dela", explica o professor Andrade.

Dayane Ros
dayaneros@gmail.com

Despedida

A vida com os mortos numa funerária

Proprietário e funcionários explicam a rotina de suas profissões e como é a preparação dos cadáveres

Três décadas sem férias da floricultura

Atento ao entra e sai das funerárias, Paulo Fontão coloca a melhor coroa de flores em frente à Rainha das Flores. A disputa com as demais floriculturas pela preferência dos clientes exige variada gama de arranjos. Ao longo da parede da loja, há coroas brancas, vermelhas, amarelas, *pink*, *champagne* e azuis - estas últimas são coloridas artificialmente quando se nutrem de água com corante ou quando Paulo as pinta com spray.

O tempo todo, ele esguicha água nas flores, mantendo sempre úmidas e vistosas por dez dias. Duas vezes por semana, recebe flores vindas de Holambra, interior de São Paulo.

Há trinta anos no local, nunca fechou as portas: rezeva o expediente com filhos e genro. Nestas três décadas sequer tirou férias. Evangélico, dedica os dias às flores, à igreja e à família. "Não saio, não gasto, não tenho vícios, durmo e acordo cedo. Tenho saúde pro trabalho, este é meu prazer."

A religião também ajuda a lidar com a clientela, fragilizada pela perda do ente querido. As palavras de consolo estão na ponta da língua: "O corpo morre, mas a alma vive".

O corpo chegou às 11h15 dentro do caixão no qual seria enterrado. A urna quase não tinha ornamentos, apenas um crucifixo com Jesus Cristo dourado na madeira. Foi retirada do carro fúnebre pelo motorista e o agente funerário, que a colocaram numa maca com rodinhas, para dentro da porta de vidro do laboratório da Funerária São Pedro. O técnico em tanatopraxia - procedimento de conservação e higienização do cadáver -, Alex Morton, fechou a porta e abriu a tampa do caixão: o corpo era uma mulher de cabelos brancos na raiz e pintados de castanho ao longo dos fios, vestindo apenas uma fralda geriátrica. "Deve passar dos 70 anos. Veio do Cepon, então morreu de câncer. De mama não foi, porque, né, elas estão aqui", diagnosticou o técnico, que se intitula "médico dos mortos". Considera ser chamado de açougueiro uma sacanagem, apesar do avental comprido e manchado de sangue seco.

Fazia poucas horas desde que a senhora havia falecido. O "médico dos mortos" concluiu que não precisaria fazer nada complicado, bastaria a aspiração tórax-abdominal. O enterro seria no final da tarde, dispensando procedimentos mais complexos como o embalsamento, quando as vísceras são removidas conservando o corpo por mais de um mês. Fez um corte no centro da barriga do tamanho do umbigo e enfiou a vareta metálica. Furava todos os órgãos e, pelo cano de plástico, subiam tanto sangue quanto fezes. "Tem que lembrar de cutucar embaixo do pulmão, lá sempre fica uma poça de sangue." Alex ficou na tarefa de perfurar órgãos por 15 minutos, e o corpo sendo chacoalhado dentro do caixão. Os fluidos foram substituídos por uma solução à base de formol. A mesma vareta injeta o líquido que queima o corpo por dentro, retardando a decomposição. "As bactérias morrem e aí os familiares podem passar a mão, dar beijos no morto."

O próximo passo era costurar o corte e fazer o tamponamento. Com a ajuda da pinça, Alex socava chumaços de algodão no nariz do cadáver. Abriu a boca com a espátula, tirou a dentadura e enfiou mais algodão para dentro da garganta. "Tu vais precisar de pó?", questionou o agente

funerário Alessandro Franco ao abrir a porta do laboratório. "Compra sim, mas do bom." O pó em questão vira uma massa no contato com qualquer líquido, impedindo vazamentos durante o velório.

Formado há 13 anos num curso de cinco dias de tanatopraxia, Alessandro dedica a maior parte de seu tempo na funerária ao atendimento dos vivos. Às vezes ajuda no laboratório, carregando o cadáver. É ele quem recebe as famílias e vende os variados modelos de caixões: dos mais simples que custam R\$ 420 aos super luxo de R\$ 12 mil, feitos de madeira de cerejeira. Os preços são determinados pela prefeitura e tabelados para as quatro funerárias de Florianópolis. "Quanto mais palhaçadinhas, mais caro fica", aponta Alessandro para bíblias douradas que enfeitam alguns caixões. As vendas dependem da Central de Óbitos, espécie de agência reguladora mantida pelas próprias funerárias. É ali que as famílias são encaminhadas para a funerária disponível - evitando o que acontecia antigamente, quando agentes disputavam defuntos na porta dos hospitais.

Até quatro décadas atrás, os serviços funerários eram responsabilidade do Asilo Irmão Joaquim. Em 1972, a prefeitura construiu um complexo de capelas, salas comerciais e laboratórios em frente ao Cemitério do Itacorubi e lançou edital para quatro funerárias se instalarem ali. Em troca da concessão, elas precisariam oferecer gratuitamente a tanatopraxia para quem não pudesse pagar pelo trabalho. O então motorista Gineides Varela viu a oportunidade de ter seu próprio negócio num ramo que começava a se estruturar na cidade. Seu Tuca, como prefere ser chamado, fundou a São Pedro. "É uma profissão ingrata. Lidar com o sofrimento alheio, às vezes, faz a gente voltar pra casa. Mas se acostuma." Para Alessandro, vender urna é como vender sapato.

Eram 11h40, faltava decorar o corpo e o caixão. Alex colocou o molde de boca, que parece um gomo de plástico, e costurou a parte interna dos lábios. Se a família pedisse um



Alessandro recebe famílias e apresenta os modelos de caixões

semblante mais alegre, bastaria colocar duas bolinhas de algodão sobre as gengivas. Da caixa de maquiagem, pegou o batom rosa claro cintilante. Achou que a sombra para os olhos da mesma cor combinaria. Antes, passou o pó compacto de tom mais próximo da pele. As técnicas de maquiagem ele aprendeu no mesmo curso de reconstrução facial que o ensinou a reparar crânios amassados. Há oito anos na profissão, quer juntar todos os certificados e, a exemplo de consultórios médicos, colocá-los nas paredes do laboratório. Gosta do que faz, apesar do perigo de ser contaminado com alguma doença do cadáver - por isso, a cada dois meses, passa por uma série de exames médicos, inclusive de HIV. Mas para Alex, o salário de R\$ 4 mil e a jornada de trabalho que inclui uma semana de folga por mês, compensam os riscos.

A experiência lhe ensinou que roupas não deveriam ser totalmente vestidas para não machucar o corpo durante seu manuseio. Alex pegou da sacola que a família trouxe uma calcinha e a colocou por cima da fralda geriátrica. Deparou-se com um macacão - vestiu as pernas e cortou a parte de trás da blusa. O terno também talhou as costas. Ao redor do corpo, espalhou folhas e flores brancas. O cadáver estava quase pronto. Alex penteou o cabelo e espirrou perfume doce no rosto, onde os familiares costumam se aproximar. Fora o único odor que dominou o laboratório - o cheiro pútrido não seria exalado de alguém que recém morreu. Finalizou cruzando as mãos da defunta e remexeu a sacola atrás do toque final. "Que sacanagem não ter nenhuma joia. Ficaria mais bonitinha."

Ayla Nardelli
aylaanp@gmail.com
Guilherme Porcher
g.porcher2@gmail.com



Paulo Fontão divide o trabalho com filhos e genro e dedica os dias às flores, à família e igreja